

A vibrant, stylized illustration of a diverse group of people. The figures are drawn with simple, rounded shapes and are scattered across the frame. They have various skin tones (black, brown, orange, green, grey) and are wearing different styles of clothing, including skirts, dresses, and jackets. Some figures have unique features like large eyes or different hairstyles. The background is a light, textured green.

PRÁTICAS PROFISSIONAIS DOS(AS) PSICÓLOGOS(AS) EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA


CREPOP
Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas


**Conselho
Federal de
Psicologia**
**Conselhos
Regionais de
Psicologia**

Organizadores

Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

Pesquisadores(as) do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas responsáveis pelo relatório

Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento
Jacqueline Isaac Machado Brigagão
Tatiana Alves Cordaro Bichara
Sérgio Seiji Aragaki
Peter Kevin Spink

Práticas profissionais dos(as) psicólogos(as) em educação inclusiva

1ª Edição
Brasília, DF



2009

*É permitida a reprodução desta publicação, desde que
sem alterações e citada a fonte.*

Disponível também em: www.pol.org.br

1ª edição – 2009

Projeto Gráfico – Wagner Ulisses

Diagramação – Ana Helena Melo | Liberdade de Expressão

Liberdade de Expressão – Agência e Assessoria de Comunicação



atendimento@liberdadedeexpressao.inf.br

Coordenação Geral/CFP

Yvone Duarte

Direitos para esta edição: Conselho Federal de Psicologia

SRTVN 702, Ed. Brasília Rádio Center, conjunto 4024-A

70719-900 Brasília-DF

(61) 2109-0107

E-mail: ascom@pol.org.br

www.pol.org.br

Impresso no Brasil – setembro de 2009

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Conselho Federal de Psicologia

Práticas profissionais dos(as) psicólogos em educação inclusiva/

Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2009.

57 p.

ISBN:

1. Educação inclusiva. 2. Políticas públicas. 3. Psicologia 4. Educação.

XIV Plenário Gestão 2008-2010

Diretoria
Humberto Verona
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes
Vice-Presidente

Clara Goldman Ribemboim
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

Conselheiros Efetivos

Elisa Zaneratto Rosa – Secretária Região Sudeste
Maria Christina Barbosa Veras – Secretária Região Nordeste
Deise Maria do Nascimento – Secretária Região Sul
Iolete Ribeiro da Silva – Secretária Região Norte
Alexandra Ayach Anache – Secretária Região Centro-Oeste

Conselheiros Suplentes

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas
Maria da Graça Marchina Gonçalves

Conselheiros Convidados

Aluizio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

Coordenação Nacional do CREPOP

Ana Maria Pereira Lopes
Maria da Graça M. Gonçalves
Conselheiras responsáveis

Cláudio H. Pedrosa
Coordenador técnico CREPOP

Mateus C. Castelluccio
Natasha R. R. Fonseca
Assessoria de projetos

Integrantes das Unidades Locais do CREPOP

Conselheiros: Leovane Gregório (CRP01); Rejane Pinto de Meireiros (CRP02); Luciana França Barreto (CRP03); Alexandre Rocha Araújo (CRP04); Lindomar Expedito Silva Darós e Janaína Barros Fernandes (CRP05); Marilene Proença R. de Souza (CRP06); Ivarlete Guimarães de França (CRP07); Maria Sezineide C. de Melo (CRP08); Sebastião Benício C. Neto (CRP09); Rodolfo Valentim C. Nascimento (CRP10); Adriana Alencar Pinheiro (CRP11); Catarina Antunes A. Scaranto (CRP12); Julianna Toscano T. Martins (CRP13); Marisa Helena A. Batista (CRP14); Izolda de Araújo Dias (CRP15); Mônica Nogueira S. Vilas Boas (CRP16); Alysson Zenildo Costa Alves (CRP17).

Técnicos: Renata Leporace Farret(CRP01); Thelma Torres (CRP02); Úrsula Yglesias e Fernanda Vidal (CRP03); Mônica Soares da Fonseca Beato (CRP04); Beatriz Adura (CRP05); Marcelo Saber Bitar e Ana Maria Gonzatto (CRP06); Karla Gomes Nunes e Silvia Giuliani (CRP07); Carmen Regina Ribeiro (CRP08); Marlene Barbaresco (CRP09); Eriane Almeida de Sousa Franco (CRP10); Évio Gianni Batista Carlos (CRP11); Katiúska Araújo Duarte (CRP13); Mário Rosa da Silva (CRP14); Eduardo Augusto de Almeida (CRP15); Mariana Passos Costa e Silva(CRP16); Bianca Tavares Rangel (CRP17).

Índice

Lista de siglas	8
Agradecimentos	9
Apresentação	9
1. Introdução	10
2. Metodologia	11
2.1. As ferramentas de pesquisa	11
2.2. Metodologia de análise	12
2.3. Participantes	13
3. Modos de atuação: as práticas desenvolvidas no dia a dia	14
3.1. População atendida	14
3.2. Orientação	15
3.3. Avaliação Psicológica	15
3.4. Atendimento psicológico	16
3.5. Realização de encaminhamentos	16
3.6. Trabalho em equipe e estudo de casos	16
3.7. Realização capacitações e palestras	16
3.8. Atuação em rede	17
3.9. Inserção laboral	17
3.10. Desenvolvimento de oficinas e grupos	17
3.11. Atuação com estimulação precoce e sala de recursos multifuncional	18

3.12. Visita às escolas	18
3.13. Visita domiciliar	19
3.14. Docência e supervisão	19
3.15. Atuação como docente nos Ensinos Fundamental e Médio	20
3.16. Participação na elaboração/ estruturação/implantação de políticas públicas	20
3.17. Realização de tarefas burocráticas/administrativas	20
3.18. Desenvolvimento de ações/projetos voltados para a educação inclusiva	21
3.19. Estudar e produzir conhecimento	21

4. Os desafios e as estratégias utilizadas para superá-los

4.1. Os desafios	22
4.1.1. Existência de preconceito, falta de apoio social e de políticas públicas para lidar com as dificuldades socio-históricas de inclusão e de convivência social com a diferença	22
4.1.2. Falta de condições de trabalho	23
4.1.3. Relação com os familiares	23
4.1.4. Atuação em equipe multidisciplinar	24
4.1.5. As Escolas da Rede Regular de Ensino	24
4.1.6. Atuação com professores e alunos de escolas regulares ...	24
4.1.7. Lidar com as dificuldades ou limitações das pessoas portadoras de necessidades especiais	24
4.1.8. Falta de bibliografia, capacitação e formação sobre educação inclusiva	25
4.1.9. Atuação em rede	25
4.1.10. Conhecimento e aplicação das leis sobre educação inclusiva	25
4.1.11. Falta de clareza sobre o papel do psicólogo que atua com	

educação inclusiva	26
4.1.12. Inserção das pessoas portadoras de necessidades especiais no mercado de trabalho.....	26
4.1.13. Situação de desigualdade social e pobreza da população	26
4.1.14. Avaliações Psicológicas.....	27
4.2. Estratégias utilizadas para lidar com os desafios do dia a dia ...	27
5. As práticas inovadoras	30
5.1 Os princípios norteadores do trabalho.....	30
5.2. As estratégias de trabalho	30
5.2.1 Práticas dirigidas aos alunos	30
5.2.2 As estratégias utilizadas com as escolas, com os professores e os funcionários	32
5.2.3. Estratégias desenvolvidas com as famílias e a comunidade	33
5.2.4. O trabalho desenvolvido em conjunto com as equipes multidisciplinares	34
5.2.5. Trabalho em rede.....	34
5.2.6. Práticas inovadoras desenvolvidas por outros profissionais	34
5.3. Projetos inovadores	35
5.4. Parcerias entre escolas especiais e escolas regulares.....	35
5.5. Trabalho político para superação de desigualdades e preconceitos	35
5.6. Indicações de referenciais teóricos e experiências consideradas inovadoras	36
5.7. Não conheço práticas inovadoras	36
6. As contribuições do trabalho dos(as) psicólogos(as) para a	

educação inclusiva	37
6.1. O trabalho em uma perspectiva ampla de contextualização histórica e social das questões relativas a educação	37
6.2. O trabalho para o respeito da diversidade	38
6.3. A contribuição para uma educação inclusiva de qualidade	39
6.4. A ênfase na subjetividade	39
6.5. Trabalho para implementar e consolidar as políticas e os programas de educação inclusiva.....	40
6.6. A potência transformadora da Psicologia.....	41
6.7. As contribuições para a reflexão e produção de conhecimentos sobre a educação inclusiva	41
6.8. A importância do trabalho para a valorização da Psicologia	42
6.9. A importância do empenho do(a) profissional da Psicologia para a efetivação das ações.....	42
7. Análise das informações das reuniões específicas e dos grupos fechados	43
7.1. Inserção do(a) psicólogo(a) no trabalho em educação inclusiva	44
7.1.1. Modos de inserção.....	44
7.1.2. Considerações sobre o tipo de vínculo	45
7.2 Políticas públicas, educação inclusiva e Psicologia.....	46
7.2.1 Sobre a população atendida nas políticas públicas e no cotidiano de trabalho	46
7.2.2 A Psicologia, as políticas, o lugar e papel do(a) psicólogo(a)	46
7.2.3. Avaliação das políticas públicas em educação inclusiva	48
7.3 Ações específicas do(a) psicólogo(a) no dia a dia.....	49
7.4 Ética nas ações desenvolvidas	51

7.5. Trabalho em rede.....	51
7.6. Estigma, preconceito e cidadania.....	52
7.7. Teorias, autores, conceitos e recursos técnicos.....	53
Considerações Finais.....	55
Referências	56
Pesquisadores Responsáveis pelo Texto	57

Lista de siglas

CEAPG – Centro de Estudos de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas
Crepop/CFP – Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas e Psicologia do Conselho Federal de Psicologia
Creas – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
GF – Grupo Focal e Grupos Focais
RE – Reunião Específica e Reuniões Específicas
EI – Educação inclusiva

Agradecimentos

Agradecemos aos(as) psicólogos(as) que participaram da pesquisa, pela disponibilidade em compartilhar suas práticas, os desafios e os dilemas do cotidiano do trabalho no campo da educação inclusiva.

Aos técnicos dos Conselhos Regionais de Psicologia que planejaram e executaram os grupos fechados e as reuniões específicas e elaboraram os relatórios para análise.

Os autores deste texto assumem a responsabilidade pela organização, a forma de apresentação das informações da pesquisa e pelas análises e discussões apresentadas no texto.

Apresentação

O relatório da pesquisa sobre as Práticas profissionais dos(as) psicólogos(as) em educação inclusiva, que o Conselho Federal de Psicologia apresenta aqui, constitui mais um passo no sentido de ampliar o conhecimento sobre a experiência dos psicólogos no âmbito das políticas públicas. E tem contribuído para a qualificação e para a organização da atuação profissional, tarefa para a qual foi concebido o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop.

Fruto do compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia com as questões sociais mais relevantes, o Crepop é uma importante ferramenta para os psicólogos que atuam nas políticas públicas em nosso país. Instaurada em 2006, a Rede Crepop vem consolidando suas ações e cumprindo seus objetivos, fortalecendo o diálogo entre a sociedade, o Estado, os psicólogos e os Conselhos de Psicologia.

Como é do conhecimento da categoria, a cada três anos, no Congresso Nacional de Psicologia (CNP), são elencadas as diretrizes políticas para o Sistema Conselhos de Psicologia, visando a ações que coloquem a profissão voltada para as demandas sociais e contribuindo em áreas de relevância social. A cada ano, representantes de todos os CRPs, reunidos na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF avaliam e definem estratégias de trabalho para essas áreas e escolhem alguns campos de atuação em políticas públicas para ser investigadas pelo Crepop no ano seguinte.

As discussões que levam à definição desses campos a ser investigados ocorrem antes de chegar à APAF, nas plenárias dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal, envolvendo os integrantes da Rede Crepop. Para o ano de 2007, um dos recortes indicados para ser investigado foram os Plano Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/Unesco.

A partir dessa indicação, a Rede Crepop iniciou um ciclo de pesquisa que incluiu: levantamento dos marcos e normativos da política; busca por psicólogos e gestores nos governos estaduais e municipais; interlocução com especialistas da área; aplicação de questionário on-line dirigido aos psicólogos que atuam nessa área e pesquisas locais sobre essas práticas, por meio de debates diversos (Reuniões Específicas) e grupos de psicólogos (Grupos Fechados).

Desse ciclo resultou uma série de informações que foram disponibilizadas, inicialmente para um grupo de especialistas incumbidos de redigir um documento de referências para a prática, e em seguida para o público, que pôde tomar contato com um conjunto de informações sobre a atuação profissional dos psicólogos no âmbito da educação inclusiva.

Parte dessa informação já havia sido disponibilizada no site do Crepop, na forma de relatório descritivo, caracterizado pelo tratamento quantitativo das perguntas fechadas do questionário on-linee também na forma do Boletim Práticas, que relata experiências de destaque desenvolvidas com recursos profissionais da Psicologia; outra parte, que segue apresentada neste relatório, foi obtida nos registros dos Grupos Fechados e das reuniões realizadas pelos CRPs e nas perguntas abertas do questionário on-line.

Efetiva-se assim, mais uma contribuição do Conselho Federal, juntamente com os Conselhos Regionais de Psicologia, no desempenho de sua tarefa como regulador do exercício profissional, promovendo a qualificação técnica dos profissionais que atuam na educação inclusiva do Ministério da Educação e, ainda, em programas da Secretaria Especial de Direitos Humanos, cuja importância já ganhou reconhecimento internacional.

HUMBERTO VERONA
Presidente do CFP

1. Introdução

A presente publicação é um dos produtos da pesquisa nacional realizada pelo Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas e Psicologia do Conselho Federal de Psicologia (Crepop/CFP) sobre as práticas dos(as) psicólogos(as) no campo da educação inclusiva. Apresenta os resultados da análise qualitativa das respostas às questões abertas sobre o dia a dia dos(as) psicólogos(as) presentes no questionário, dos relatórios das reuniões específicas (RE) e dos grupos focais (GF).

A análise teve como foco principal os modos de atuação dos(as) psicólogos(as), os desafios e as dificuldades encontradas neste campo e o que foi apontado como práticas inovadoras. Uma versão ampliada desses dados foi utilizada para subsidiar as discussões e a elaboração das referências para a atuação dos(as) psicólogos(as) em educação inclusiva (Crepop, 2009).

Os(as) psicólogos(as) relataram que no campo da educação inclusiva buscam atuar no sentido de romper barreiras e desconstruir preconceitos que historicamente estão presentes na nossa sociedade também para garantir o direito de todos a uma educação de qualidade. Identificamos que esses princípios orientam as ações e que a atuação dos profissionais ocorre em múltiplos espaços, como, por exemplo, na escola, em reuniões, entrevistas, observação em sala de aula, grupos com pais, palestras na comunidade, oficinas com alunos, bem como em ações voltadas para influenciar na elaboração de novas políticas públicas ou adequá-las às necessidades vividas no cotidiano das escolas no processo de inclusão.

Antes de apresentar a análise qualitativa apresentaremos os princípios metodológicos que orientam o estudo.

¹ A versão digital desta publicação se encontra disponível no site: <http://crepop.pol.org.br>

2. Metodologia

No sentido científico, campo é constituído como espaços e lugares de troca de “produtos” de cada ciência e de cada disciplina, com seus recursos e instrumentos teóricos e técnicos, nas diversas ações realizadas por seus “produtores” na prática profissional cotidiana. Essa troca e o compartilhamento de saberes se dão em meio a conflitos de interesses científicos e políticos e a relações de poder entre os pares e entre os diferentes (BOURDIEU, 2003; CAMPOS, 2000). Campo como agenda pública (KINGDON, 1984) aparece frequentemente associado às políticas públicas e é uma maneira que diferentes atores encontram para dar sentido à vida pública.

A noção de campo utilizada nesta pesquisa parte da premissa de que este está permanentemente sendo constituído nas negociações entre a sociedade civil e o estado e no interjogo relacional de uma diversidade de organizações, pessoas, materialidades e socialidades que constituem uma matriz (HACKING, 1999). Essa matriz sustenta o campo-tema (SPINK, 2003) de cada pesquisa e possibilita a produção de conhecimentos, práticas, novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, acesso a recursos e, no caso da Psicologia, um questionamento dos modos tradicionais de atuar no campo. Portanto, tal como apontou Lewin (1952), trata-se de um campo de forças: argumentos e disputas que se sustentam mutuamente. Vale ressaltar que, de um campo, originam-se outros campos a partir de promessas de separação, devido, principalmente, a dois fatores: a separação irreconciliável de pressupostos básicos e o aumento de importância de determinado tópico ou tema.

O processo de análise das informações, apresentadas aqui, está ancorado em uma perspectiva qualitativa de pesquisa, a qual preconiza que a objetividade e o rigor são possíveis por meio da descrição de todos

os passos utilizados no processo de pesquisa (SPINK, 1999). Assim, a seguir descreveremos as ferramentas de pesquisa, suas diferentes etapas, o processo de análise e o modo como esta foi sendo construída.

2.1. As ferramentas de pesquisa

A pesquisa contou com três instrumentos de coleta de dados: questionário, reuniões específicas e grupos focais. O primeiro instrumento foi disponibilizado aos (às) psicólogos (as) para preenchimento on-line, estruturado com questões acerca da formação, dos recursos teóricos e técnicos, a população atendida, entre outros aspectos que subsidiam a prática desenvolvida no dia a dia. O material quantitativo do questionário foi objeto de análise da equipe do Crepop. O Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (CEAPG/FGV) realizou a análise qualitativa das respostas abertas do questionário e dos relatórios dos grupos focais e das reuniões específicas.

Este questionário on-line continha quatro questões abertas sobre o dia a dia dos (as) psicólogos (as), o contexto de trabalho, os desafios, as dificuldades e as práticas inovadoras presentes neste campo de atuação. As Reuniões Específicas (RE) buscaram discutir as questões relativas às especificidades regionais e às práticas desenvolvidas a fim de atender às demandas locais; contaram com a participação de profissionais de diferentes áreas que estão envolvidos com o trabalho no campo da educação inclusiva. Os Grupos Focais (GF) reuniram psicólogos (as) atuantes no campo da pesquisa com objetivo de promover discussão de temas mais específicos à realização do trabalho psicológico. As RE e os GF foram coordenados por técnicos dos conselhos regionais que registraram as informações obtidas em relatórios enviados ao Crepop.

Foram elaborados roteiros indicativos que buscavam orientar os técnicos acerca dos aspectos centrais a ser descritos nos relatórios dos GF e das RE. Todavia, cada Conselho Regional teve autonomia na realização dos grupos e das reuniões de forma que: em alguns Conselhos foram utilizadas técnicas específicas para coordenar grupos; em alguns lugares houve duas RE; em algumas regiões foi realizado apenas um dos eventos: RE ou GF.

2.2. Metodologia de análise

A utilização de três ferramentas de pesquisa nos permitiu obter uma leitura ampla da atuação dos (as) profissionais da Psicologia no campo da Educação Inclusiva. Assim, a análise das respostas às questões abertas possibilitou identificar as diferentes descrições da prática profissional, os desafios e os limites enfrentados no cotidiano, bem como possíveis soluções, e práticas inovadoras desenvolvidas pelos(as) psicólogos(as) que responderam individualmente às perguntas específicas presentes no questionário on-line.

As RE e os GF foram presenciais, coordenados pelos técnicos do Crepop/CFP e os relatórios produzidos traduzem o debate e discussões grupais e possibilitaram a análise dos posicionamentos reflexivos, das negociações, dilemas, consensos e conflitos no contexto da educação inclusiva. A análise dos GF possibilitou identificar os principais dilemas ético-políticos que os(as) profissionais vivenciam no cotidiano, os modos de atuação e as principais necessidades dos(as) profissionais que atuam nesse campo. A análise dos relatórios das RE permitiu contextualizar as especificidades e as necessidades locais e os modos como a educação inclusiva está organizada em cada região.

As fontes de informações foram diversas e possibilitaram formas

de posicionamento e interlocução diferentes e, deste modo, tomamos como base a definição de posicionamento como sendo interativo e reflexivo (DAVIES; HARRÉ, 1990). No sentido interativo somos posicionados a partir da fala de outra pessoa e no sentido reflexivo nos posicionamos diante do posicionamento do outro. Deste modo, entendemos que, ao dirigir perguntas aos(às) psicólogos(as) que atuam no campo da educação inclusiva, estamos posicionando-os(as) como profissionais atuantes, possuidores de um saber sobre sua prática, mesmo que tenham dúvidas e/ou conflitos sobre ela. Quem lhes endereçou as questões (fechadas, abertas, RE e GF) foi o Crepop e é para ele que respondem na tentativa de se fazer ouvir (por meio de uma pesquisa e de seus resultados), explicitar suas práticas, refletir, denunciar, queixar-se e pedir ajuda. Nesse jogo de posicionamentos se constituem as respostas e informações que analisamos.

Outro aspecto que a análise dos relatos dos grupos focais e das reuniões específicas possibilitou foi identificar a influência do contexto local nas práticas e nos modos de lidar com as dificuldades e desafios no campo da educação inclusiva.

Assim, será apresentada uma ampla caracterização dos modos de atuação, das experiências inovadoras e dos desafios enfrentados no campo, a partir das informações presentes nos relatórios e respostas à pesquisa, como também uma análise temática transversal dos principais temas presentes nas informações fornecidas nos relatórios.

A análise foi realizada a partir das etapas seguintes:

1º Leitura das quatro das questões abertas fornecidas no questionário on-line.

2º Análise qualitativa das questões abertas, utilizando os seguintes passos:

a. leitura de todos os relatos de descrição das ações desenvolvidas

pelos(as) psicólogos(as);

b. análise de cada uma das quatro questões, tendo sido, para cada uma, estruturada uma sequência analítica que nos permitiu identificar os principais temas presentes nas respostas.

3º Análise das Reuniões Específicas e dos Grupos Fechados e identificação dos principais temas presentes nos relatórios.

Nos três instrumentos utilizados, os(as) psicólogos(as) participantes foram informados acerca da realização da pesquisa pelo CFP/Crepop e convidados(as) a responder às questões do questionário e colaborar das discussões nas reuniões e nos grupos. No primeiro, o consentimento para uso das informações foi dado ao final do preenchimento e nos demais esse foi verbal, tendo sido consensual, uma vez que todos(as) participantes foram esclarecidos(as) do uso das informações dentro do ciclo de pesquisa.

Para a apresentação da análise das informações obtidas em todos os instrumentos, foram escolhidos exemplos que ilustrassem as respostas ao questionário e as discussões que ocorreram nas reuniões e nos grupos e a fim de demonstrar o argumento analítico e contribuir para uma melhor apreensão e compreensão do cotidiano dos(as) profissionais neste campo. Nos exemplos apresentados foi mantida a escrita original, em itálico e indicada a fonte. As fontes foram identificadas do seguinte modo: a) as respostas do questionário on-line foram identificadas com o número da questão e com o número da planilha Excel em que foram sistematizadas as respostas abertas que cada respondente é identificado; b) as Reuniões Específicas e os Grupos Focais foram identificados com a referência ao CRP em que foram realizados e as siglas RE e GF. Com isso buscou-se preservar informações sobre os(os) participantes da pesquisa, no entanto, sem ocultar todos os dados, uma vez que as descrições específicas se constituíram imprescindíveis para contextualização do campo e das realidades locais.

É importante ainda ressaltar que todas as respostas dadas ao ques-

tionário e todos os relatórios das reuniões e dos grupos foram de grande relevância para conhecermos as práticas dos(as) psicólogos(as) no campo analisado. Deste modo, os exemplos apresentados ao longo deste texto foram escolhidos, como ressaltado acima, em função do recorte analítico, não sendo possível, portanto, nos utilizar de todas as informações fornecidas pelos(as) colaboradores(as) como exemplos diretos.

2.3. Participantes

Neste estudo, além de contarmos com mais de um instrumento de coleta de dados, como referido acima, tivemos diferentes participantes nas etapas da pesquisa e números variados de colaboradores em cada um deles. A maioria dos(as) psicólogos(as) respondeu às quatro questões abertas. Porém, alguns não responderam uma ou mais questões. Portanto, num total de 382 pessoas, obtivemos:

- Questão 1 – sobre a prática desenvolvida no dia a dia: 260 respostas;
- Questão 2 – sobre os desafios e formas de lidar: 262 respostas;
- Questão 3 – sobre as práticas inovadoras: 219 respostas;
- Questão 4 – sobre a contribuição dos profissionais da Psicologia para o campo educação inclusiva: 229 respostas.

Nas reuniões específicas participaram psicólogos(as) e profissionais de outras disciplinas que trabalham neste campo. Os grupos focais contaram com psicólogos(as) dos Serviços. Entretanto, nem todos os Conselhos conseguiram realizar a RE ou o GF. No quadro a seguir apresentamos o número de participantes da pesquisa por CRP/Crepop.

Quadro 1: Número de participantes nas RE e GF por região

CRP	RE	GF
01	46	03

02	130	**
03 BA	**	09
03 SE	05	03
04	05	13
05	*	20
06	25	09
07	**	09
08	27	17
09 TO	29	13
09 GO	52	13
10	5	11
11	05	06
12	70	03 e 03
13	39	13
14 MT	09	03
14 MS	05	12
15	04	03
16	29	05
17	*	*

*relatório não enviado

** não informou número de participantes

A análise qualitativa das quatro respostas abertas, dos Grupos Focais e das Reuniões Específicas foi realizada separadamente e apresentada no Relatório Preliminar.(CEAPG, 2007) enviado à comissão de especialistas que elaborou o documento de referência. Para facilitar a leitura, no referido texto, os resultados da análise das questões abertas foram reunidos dentro de quatro eixos temáticos: 1) modos de atuação; 2) desafios e modos de lidar; 3) práticas inovadoras e 4) as contribuições para

o campo da educação inclusiva. Esses eixos serão apresentados a seguir

3. Modos de atuação: as práticas desenvolvidas no dia a dia

Diante da solicitação de descrição das ações desenvolvidas no dia a dia, os participantes da pesquisa indicaram diferentes formas de inserção e de funções desempenhadas no campo da educação inclusiva. Esses profissionais disseram atuar como psicólogos(as), como professores(as) e docentes, como assessores(as) ou consultores(as), como coordenadores(as) de serviços, programas ou instituições e como auxiliares administrativos.

A fim de facilitar a apresentação dos relatos sobre o modo de atuação desses(as) profissionais, inicialmente apresentaremos a população com quem desenvolvem o trabalho e a seguir os principais modos de atuação indicados na pesquisa organizados em 16 dimensões – vale ressaltar que muitas dessas ações se relacionam entre si e foram separadas apenas para facilitar a leitura dos dados.

3.1. População atendida

De modo geral, os(as) psicólogos(as) deste campo disseram atuar com:

- crianças e adolescentes portadores de necessidades educacionais especiais, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade;
- familiares;
- professores/as e funcionários de escolas;
- gestores de escolas públicas ou privadas;
- estagiários e estudantes – universitários ou não;
- profissionais de empresas que atuam com portadores de necessidades especiais.

3.2. Orientação

Os(as) profissionais oferecem acolhimento e orientação (alguns(mas) chamam de aconselhamento ou atendimento) à população atendida. Indicaram realizar essas ações entre crianças, adolescentes e seus familiares, professores e gestores de escolas, entre outros, a partir de encaminhamentos recebidos ou de casos que acompanham. Também realizam orientações aos profissionais das escolas no preenchimento do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) dos alunos.

Essas ações podem ser realizadas de forma individual ou grupal, como indicam os exemplos a seguir:

"Trabalho com crianças, adolescentes e alguns adultos. Em meu dia a dia me proponho a trabalhar a autonomia do paciente, oriento responsáveis no apoio às crianças (dicas práticas para realizar uma tarefa escolar, por exemplo), desenvolvo projetos (estímulo a escrita/leitura, criando histórias e montando livretes com temas sugeridos ou que surgem no grupo, utilizo jogos e confecciono com eles também, etc.)(...)". (p. 34-122)

"(...) Minhas atividades são: Orientação aos pais, quanto ao manejo que deverão ter com seus filhos para colocar-lhes limites, trabalhar orientação sexual, incentivar a autonomia e a independência, verificar as amizades e os ambientes frequentados por eles. Essas orientações são feitas de forma individual, ao casal, ou em oficinas, independente de qual a deficiência do aluno. Orientação aos professores: quanto ao manejo do aluno para maximizar as condições de medicação do desenvolvimento, ajudar no planejamento especializado, desde o treinamento de esfínteres, atividades de vida diária, formas de estimular a cognição, a linguagem, a utilização do espaço de sala de aula, chão, mesa, cadeira, utilização de brinquedos, promoção da troca de experiência entre os professores, oficinas temáticas. atendimento ao aluno (...)". (p. 34-219)

3.3. Avaliação Psicológica

A avaliação psicológica é uma das ações citadas pelos(as) psicólogos(as) que atuam com educação inclusiva. As avaliações psicológicas são utilizadas para diagnosticar, elaborar pareceres, laudos ou relatórios sobre um caso, como também para elaborar planos individuais de encaminhamentos e acompanhamento destas pessoas. A grande maioria utiliza essa atividade para realizar indicações ou encaminhamentos de alguma criança ou adolescente portador de necessidades educacionais especiais. Em geral, são encaminhamentos para escolas regulares ou especiais, para salas de recursos multifuncionais ou de estimulação precoce, bem como para os serviços e profissionais das áreas da saúde e da educação que sejam necessárias.

Os(as) profissionais relataram utilizar diversos métodos para realizar uma avaliação psicológica: testes psicológicos, entrevistas, anamneses, triagens, entre outros.

Abaixo seguem exemplos das avaliações:

"(...) sessões de atendimento psicopedagógicos para avaliação das competência e elaboração de programas de atendimento educacional. Avaliação por meio da aplicação de teste padronizados, Raven Infantil, Raven Escala Geral, HTP, Bender, desenho livre e Wisk-III para adequação escolar e encaminhamento para a inclusão no ensino regular ou transferência para classe especial. (...)". (p. 34-219)

"Avalio os alunos encaminhados à instituição, para ter o conhecimento sobre sua capacidade, habilidade, emocional, e, baseado na avaliação, é feito um relatório juntamente com a equipe (pedagoga, a. social, fonoaudióloga, fisioterapeuta...) a fim de enviar o perfil do aluno, suas dificuldades, habilidades e orientações gerais à escola que vai recebê-los.(...)". (p. 34-113)

3.4. Atendimento psicológico

Os(as) profissionais que atuam com educação inclusiva disseram realizar atendimento psicológico em instituições de saúde ou de atenção psicossocial aos portadores de necessidades especiais, bem como em consultórios particulares.

Segundo os relatos dos(as) profissionais, o atendimento psicológico não é realizado nas instituições de educação.

Os atendimentos psicológicos são de caráter terapêuticos e acontecem de forma individual ou grupal. Veja os exemplos desta ação abaixo:

"Atendimento clínico de crianças com Deficiência Mental e outras NEE que frequentam classe regular em escola comum. (...)" (p. 34-262)

"(...) sou contratada como Psicóloga, mas também exerço a função de Coordenação do Setor de Saúde da instituição. É uma ONG que mantém uma escola especial e uma clínica em saúde para atender o público desta escola. Possuo horas específicas para coordenação do setor e para atendimentos clínicos. Realizo atendimentos clínicos individuais e em grupo e procuro incentivar a independência do usuário na sua vida socioafetiva, educacional e emocional (...)" (p. 34-204)

3.5. Realização de encaminhamentos

Os encaminhamentos são ações realizadas pelos(as) psicólogos(as) a partir das necessidades identificadas nas avaliações e nos diversos contatos com a população atendida. Encaminham a população atendida para a rede de serviços das áreas da saúde e da educação de acordo com as necessidades de cada caso.

"(...) Com base nos resultados da avaliação psicológica, faço encaminhamentos para psicoterapia, orientação familiar ou demais áreas..." (p. 34-105)

"(...) encaminhamentos quando necessário a fonoaudiólogo, neurologista, oftalmologista..." (p. 34-141)

Em um dos relatos o(a) participante se refere ao acompanhamento dos atendimentos realizados:

"(...) Realizo visitas periódicas a escolas, às quais encaminhamos os alunos, para avaliação do seu desenvolvimento, adaptação, e auxiliamos para a resolução das dificuldades, caso existam, e orientações gerais". (p. 34-113)

3.6. Trabalho em equipe e estudo de casos

Os(as) psicólogos(as) disseram realizar reuniões de equipe para planejar e avaliar os trabalhos que realizam, principalmente na elaboração de projetos para as escolas. Também se reúnem para estudar e discutir casos, realizar diagnósticos e encaminhamentos. Essas reuniões acontecem, muitas vezes, em equipe multidisciplinar, sendo citados os seguintes profissionais participantes das equipes: fisioterapeuta, pedagogo, educador físico, psicólogo, assistente social, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional.

"(...) reuniões regulares com a equipe multidisciplinar que atende o paciente. contato sempre que possível com a equipe médica que atua no caso. (...)" (p. 34-99)

"Atuo na sensibilização da equipe de trabalho, envolvendo todos colaboradores da instituição; realizo capacitações na área; realizo estudo de caso com equipe interdisciplinar (pedagogo, assistente social, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo); (...)" (p. 34-142)

3.7. Realização capacitações e palestras

Muitos(as) profissionais disseram realizar ações de capacitações dirigidas à formação de profissionais e às instituições. Realizam palestras para

empresas, no sentido de sensibilizar as pessoas que lá atuam para a inserção laboral da pessoa portadora de necessidades especiais, para escolas – gestores e professores – bem como para pais e familiares dos alunos.

"(...) Nas escolas – trabalho com formação continuada de pais e professores utilizando as teorias de aprendizagem e desenvolvimento. Realizo palestras, mini cursos ou oficinas para levantar questões referentes a exclusão/inclusão na perspectiva do paradigma social. Em empresas ou instituições – realizo palestras, mini cursos ou oficinas para levantar questões referentes a exclusão/inclusão na perspectiva do paradigma social. (...)". (p. 34-55)

Assessoria aos Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão das Diretorias Regionais de Educação da Secret. de Ed. do município de São Paulo. (...) Cursos e oficinas de formação e desenvolvimento profissional. (...) (p. 34-299)

3.8. Atuação em rede

Nos relatos dos(as) profissionais foi identificada a busca por articular uma rede que envolve parcerias com outros profissionais e instituições a fim de garantir as ações em educação inclusiva:

"(...) Contato com profissionais de outras áreas e instituições governamentais ou não com o objetivo de formar uma rede de apoio (...)". (p. 34-67)

"(...)Parceria com escolas, famílias e instituição especializada em ações para o processo de inclusão responsável". (p. 34-299)

3.9. Inserção laboral

Há, nos relatos dos(as) profissionais, ações para a inserção laboral das pessoas portadoras de necessidades especiais, principalmente nas empresas, no que diz respeito ao acompanhamento delas na empresa e na me-

dição da relação da empresa com elas. Conforme referido no relato abaixo, com o advento da lei de obrigatoriedade de inclusão de portadores de necessidades especiais no quadro de funcionários das empresas com mais de 100 funcionários, houve a ampliação das possibilidades de inserção no mercado de trabalho dos portadores de necessidades especiais, o que gerou novas demandas para os(as) psicólogos(as) que trabalham nesse campo.

"Realizo, em instituição pública federal, atendimento de pessoas com deficiência visando a emitir, em conjunto com um médico-perito, um certificado de habilitação profissional para essas pessoas, o que favorece seu ingresso em empresas que necessitam cumprir a Lei nº 8.213/91, que prevê uma reserva de vagas para pessoas com deficiência em empresas com mais de 100 funcionários. Nesses atendimentos, acolho suas angústias, e dou orientações sobre seu direito à educação inclusiva e sobre instituições públicas ou não governamentais que oferecem serviços educacionais inclusivos, visando melhorar sua qualificação profissional. Ao lado disso, dou palestras regularmente para profissionais de empresas, esclarecendo sobre as capacidades das pessoas com deficiência, e sobre a Lei nº 8.213/91 e o Decreto nº 3.298/99". (p. 34-381)

"(...) Na instituição particular (Escola Especial) coordenação de todas as ações que se referem a qualificação e inserção no mercado de trabalho de pessoas com deficiências desde a capacitação na instituição até o acompanhamento no mercado de trabalho. Também a elaboração do planejamento de ações ligadas a escolaridade desse mesmo projeto. Palestras e sensibilização em empresas". (p. 34-363)

3.10. Desenvolvimento de oficinas e grupos

Os participantes da pesquisa se referiram a realização de oficinas e grupos que têm por objetivo possibilitar um espaço de discussão e refle-

xão de aspectos ligados à inclusão. Esses são realizados com crianças e adolescentes e seus familiares:

"(...) Grupos de apoio psicossocial às famílias e pessoas com deficiência. (...)". (p. 34-299)

"(...) Nas Oficinas eu faço atendimento grupal e individual com alguns alunos, e faço grupos terapêuticos e informativos com os pais e/ou responsáveis. neste setor estamos fazendo grupos de estudos para incluir esses alunos no mercado de trabalho. Alguns já frequentam o CEJA fora da escola. No setor de SPE eu atendo as crianças com grupos de relaxamento. São crianças mais comprometidas. Na Estimulação eu atendo as mães dos bebezinhos (...)".(p. 34-66)

3.11. Atuação com estimulação precoce e sala de recursos multifuncional

Nos relatos, o trabalho com estimulação precoce e com a sala de recursos multifuncional aparece basicamente de dois modos: 1. observação, acompanhamento e supervisão dos profissionais, alunos e familiares que fazem uso desses espaços ou 2. atuação direta na condução da sala de recursos multifuncionais ou na de estimulação precoce, como demonstram os exemplos dos relatos a seguir:

"Atualmente estou trabalhando só com a Estimulação precoce. São crianças de 0 a 3 anos de idade, juntamente com a mãe ou outro familiar/cuidador.É realizado em grupo e com equipe interdisciplinar, quatro vezes na semana. O principal papel do psicólogo nesse trabalho é com a família, trabalhando o LUTO do filho sadio, a rejeição, a superproteção, o imaginário social da deficiência, a autoestima, enfim, todas as barreiras atitudinais que dificultam a INCLUSÃO. Com a criança, observando e

orientando a família sobre os estágios e outros aspectos do seu desenvolvimento, numa abordagem interacionista". (p. 34-100)

"Grupo de estudo com professores da sala de recurso,atendimento ludo-terápico em grupo com as crianças do Bolsa Família, com dificuldade da aprendizagem na sala de recurso, atendimento a famílias da Apae, grupo de mães". (p. 34-106)

3.12. Visita às escolas

Os(as) psicólogos(as) disseram realizar visitas às escolas com o intuito de acompanhar o processo de inclusão educacional dos alunos nas salas especiais ou no ensino regular e também avaliar como está sendo realizado o processo de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais nas escolas.

Realizam observação em sala de aula, reuniões com professores, funcionários e gestores de forma continuada ou pontual e, muitas vezes, elaboram e realizam um projeto de acompanhamento desse processo nas escolas.

"Trabalho em uma Apae com o projeto de educação inclusiva. acompanho os alunos que são encaminhados para as escolas regulares através de atendimentos semanais individuais ou em grupo. Um dia da semana é destinado a visitas às escolas regulares onde os alunos estão inseridos. essas visitas são para firmar, compreender e participar da inclusão do aluno, tentando evitar a discriminação quanto a socialização e as atividades propostas, além de trocar informações quanto a dificuldades que a escola porventura esteja enfrentando nesta época com o aluno. Vale lembrar que, além do atendimento psicológico, o aluno ainda permanece por, no mínimo, dois anos sendo acompanhado pela instituição na sala de recursos (não é reforço!) de duas a três vezes semanais por duas horas diárias em horário alternado ao da escola". (p. 34-147)

"(...) Acompanhamento na escola: discussão para planejamento de atividades com professores especializados e comuns, sensibilização sobre a temática com colegas da criança e comunidade escolar, curso de formação. (...)". (p. 34-200)

3.13. Visita domiciliar

As visitas domiciliares foram citadas como ações realizadas pelos(as) profissionais visando à inclusão social de portadores de necessidades especiais, localizando novos casos na comunidade, acompanhando os casos atendidos e esclarecendo dúvidas e fornecendo informações às famílias da comunidade local ou da pessoa encaminhada, no sentido de romper com os preconceitos e as barreiras de relacionamento na convivência com a diversidade.

"(...) Na minha rotina busco incentivar a outras pessoas a participarem dos grupos, realizo visitas domiciliares cadastrando casos novos na comunidade e atendo à família trabalhando-a no sentido da inclusão social, da informação acerca da deficiência e no encaminhamento a serviços públicos sociais, de saúde e educacionais. Também programo palestras com representantes de centros de referência e com pessoas com eficiência, representantes de associações". (p. 34-175)

"Quando precisamos do apoio da família, ou autorização para podermos fazer alguma coisa. Normalmente faço grupos para esclarecer, visita domiciliar ou chamo para conversar na instituição mesmo. (...)".(p. 34-66)

3.14. Docência e supervisão

A atuação como docentes, supervisores, orientadores de estágio e de monografias, em universidades cujo foco de trabalho é a educação

inclusiva também foi indicada pelos(as) participantes da pesquisa:

"Coordeno uma equipe de trabalho formada por estagiários do curso de Psicologia que atuam junto a professores do ensino infantil e fundamental, promovendo a superação de barreiras comunicacionais, informacionais, metodológicas e atitudinais". (p. 34-227)

"Realizo atividades de ensino, pesquisa e extensão para formação de Recursos Humanos em nível superior (Graduação em Psicologia – clínica e pesquisa), formação de pesquisadores para investigação na área da Educação Especial e Inclusão". (p. 34-446)

Alguns profissionais afirmaram que exercem atividade voltadas para a implantação de projetos nas universidades, que garantam a acessibilidade e a ruptura de barreiras sociais e estruturais no processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais.

"Além de docente, sou vice-coordenadora do Sensibiliza UFF, que é um projeto de ensino, pesquisa e extensão para atendimento a alunos universitários com NEE. Todo aluno da UFF que se enquadre em algum tipo de NEE tem o direito a acessibilidade e a nossa tarefa é de ajudar na ruptura destas barreiras, não só as físicas (para cadeiras de rodas), mas de compreensão que os alunos têm direitos a Libras, lupa eletrônica, computadores, maior tempo para a realização de provas e trabalhos, bolsas de alto nível, acesso aos níveis mais elevados de ensino. O trabalho é feito através de Tutoria que visa superar preconceitos sociais que vislumbrem a possibilidade de impedir que os alunos concluam seus cursos superiores". (p. 34-471)

"Com relação ao ensino privado, não sou contratada especificamente para as atividades relacionadas à inclusão – sou docente da instituição –, mas nas situações que envolvem o aluno em questão, mas oriento e dou suporte a professores e alunos na inclusão de um aluno com deficiência física no curso de graduação em psicologia (o aluno apresenta dificuldades de locomoção e

de comunicação). A minha função é mediar as relações, buscando reduzir as barreiras arquitetônicas e atitudinais que se apresentam. Com relação ao ensino público, sou supervisora de estágio em Psicologia Escolar e oriento e supervisiono alunos do último ano de formação em Psicologia.(...)" (p. 34- 391)

3.15. Atuação como docente nos Ensinos Fundamental e Médio

Alguns profissionais se referiram ao trabalho como professor na rede e ao fato de desenvolverem atividades que extrapolam, a função de professor devido à formação em Psicologia:

"Primeiramente gostaria de destacar que minha atuação no Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – NAPES se dá enquanto professora. Entretanto, o convite para integrar o mesmo se deu devido à formação em psicologia e Especialização em Educação Especial. Minhas atividades consistem em: Mediação na inclusão de alunos portadores de necessidades especiais em escolas regulares; Avaliação de Alunos; Orientação a professores, diretores, orientadores pedagógicos e pais; Itinerância em escolas; Contratação de Intérpretes para alunos surdos incluídos; Mediação na implementação de salas de recursos multifuncionais; Organização de capacitações para professores e alunos do Magistério e Licenciaturas. Em determinadas funções desempenhadas o foco é pedagógico e, em outras, a ênfase se dá no aspecto psicológico". (p. 34-339).

"Ministro aulas duas vezes por semana em um Curso Normal da rede pública estadual do Rio de Janeiro, em seis turmas da quarta série, mais especificamente, que, a partir da LDB de 96, prevê esta disciplina no currículo desta formação, o que só veio a ocorrer no ano de 2003. O trabalho nesta formação vem sendo de cunho eminentemente interventivo, possibilitando um fomento às atividades escolarizadas (e da vida), em

geral, sob a égide de um paradigma inclusivo e da afirmação de todas as diferenças, em suas singularidades, para todos os sujeitos portadores de necessidades educativas especiais". (p. 34-394)

3.16. Participação na elaboração/estruturação/implantação de políticas públicas

Nos relatos dos(as) profissionais que atuam com educação inclusiva, identificamos ações de participação ou de proposição na elaboração, discussão e implementação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva e temáticas afins.

"Discussão e implementação de políticas educacionais para todos os alunos independentemente de suas diferenças cognitivas, sensoriais, físicas, de gênero, raça, etnia e orientação sexual; (...) participação no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Educação relativos à promoção da igualdade racial e às relações de gênero na escola; Supervisão do trabalho da rede conveniada (Instituições de atendimento especializado); (...) articulação com as Secretarias de Saúde e Ação Social, entre outras". (p. 34-45)

"(...) Discussão das políticas junto aos órgãos governamentais e outras instituições." (p. 34-299)

3.17. Realização de tarefas burocráticas/administrativas

A realização de tarefas burocráticas/administrativas foi citada principalmente pelos(as) psicólogos(as) que exercem o cargo de coordenadores(as) de programas, projetos, núcleos ou serviços vinculados ao campo da Educação Inclusiva.

“(...) Discussão com outros profissionais que trabalham com as crianças/adolescentes atendidos no NEACE: área de saúde; i) Além de tarefas burocráticas/serviço de secretaria”. (p. 34-395)

“Atualmente trabalho com contribuições técnico-burocráticas às práticas da educação inclusiva e do Ensino Especial. Em uma semana típica de trabalho divido minhas atribuições em atividades que se aproximam de secretariado, como enviar e-mails e dar telefonemas a profissionais da instituição, elaborar memorandos e ofícios relativos às práticas educativas etc. As atribuições específicas do saber psicológico também são requisitadas, mas acabo tendo pouco tempo para elaborar cursos, dar pareceres específicos e participar da elaboração das políticas públicas locais”. (p. 34-401)

3.18. Desenvolvimento de ações/projetos voltados para a educação inclusiva

Alguns(mas) profissionais, em suas respostas, indicaram metas e ações desenvolvidas, ou em processo de elaboração, no sentido da garantia da educação inclusiva no cotidiano das pessoas, na vida em sociedade, a partir da acessibilidade, sensibilização e desconstrução de preconceitos, formações, fóruns de discussões, entre outros.

“(...) Desenvolver ações e programas de acessibilidade digital por meio do conhecimento de tecnologias assistivas. Estreitar a rede de Convênios e parcerias desenvolvidas para fortalecer as possibilidades de atendimento intersetorial às pessoas com necessidades especiais. Estimular os encontros semanais e quinzenais dos grupos de estudos sobre educação inclusiva, envolvendo discussões sobre o contexto escolar e pedagógico e refletindo sobre as possíveis flexibilizações curriculares para os alunos com necessidades especiais que estão em nossos grupos de referência das escolas comuns. Garantir a difusão da nova

política nacional de educação inclusiva da SEESP e do MEC. Buscar recursos para adquirir materiais e equipamentos para as nossas Salas de Recursos Multifuncionais. Garantir a continuidade de programas e projetos desenvolvidos para a atenção aos alunos e famílias de alunos com necessidades especiais, como por exemplo o Núcleo PAI (Pais e Amigos da Inclusão), entre outros. Dar continuidade ao Fórum Aberto Conversando sobre Inclusão com a participação gratuita de profissionais, professores e pessoas interessadas na questão da inclusão educacional na cidade e em outros municípios”. (p. 34-251)

“(...) Atualmente elaboração de projeto para cuidados preventivos com a saúde emocional dos profissionais das Unidades Escolares. Cursos de formação e capacitação para equipe multiprofissional.” (p. 34-398)

3.19. Estudar e produzir conhecimento

A ação de participação em grupos e espaços de reflexão e troca sobre seus fazeres foi citada como atividade cotidiana de alguns(mas) profissionais do campo. Disseram estudar, ler materiais sobre a questão da educação inclusiva, participar de capacitações e treinamentos sobre o tema, bem como de comissões e conselhos.

“(...)Participo do Grupo de Educação Inclusiva e Necessidades Educativas Especiais – GEINE da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Participo da Comissão de Direitos Humanos, do Grupo de Trabalho – Psicologia e Educação do CRP-03.” (p. 34-55)

“(...) atualmente estamos participando de uma especialização em Educação Inclusiva, patrocinada pelo Mec.” (p. 34-15)

Identificamos também, profissionais que produzem conhecimento sobre a questão da educação inclusiva, publicando materiais informativos, livros e artigos.

“(...)elaboração de textos informativos sobre desenvolvimento infantil, dificuldades de aprendizagem, assuntos relacionados à Psicologia. (...)”
(p. 34-141)

“Presto assessoria a um grupo de professores/as e gestores/as da Secretaria Municipal de Educação de Contagem e coordeno um curso de Pós-graduação "Práticas educativas inclusivas" para 160 professores/as de Contagem na Universidade Estadual de Minas Gerais, com convênio com a prefeitura de Contagem. Além disso, escrevo livros e artigos sobre a temática da educação inclusiva relacionada à formação de professores/as.” (p. 34-80)

A análise da questão 34, sobre os modos de atuação nos permitiu observar que a atuação dos(as) profissionais da Psicologia no campo da educação inclusiva tem múltiplas facetas e que as ações desenvolvidas envolve diferentes tipos de atividades desenvolvidas com alunos, professores, instituições, familiares e a comunidade.

4. Os desafios e as estratégias utilizadas para superá-los

A questão 35 se referia aos principais desafios do dia a dia de trabalho dos(as) profissionais da Psicologia no campo da educação inclusiva e aos modos como lidam com esses desafios. Apresentamos na primeira parte da análise, os desafios e, na segunda parte, as principais estratégias utilizadas para tentar superar esses desafios.

4.1. Os desafios

Os(as) participantes se referiram a diversos desafios encontrados ao desenvolver suas ações no campo da educação inclusiva. A partir da leitura de todas as repostas organizamos os principais desafios apontados de acordo com as principais temáticas a que eles se referiram em 15 dimensões diferentes que apresentamos a seguir.

4.1.1. Existência de preconceito, falta de apoio social e de políticas públicas para lidar com as dificuldades socio-históricas de inclusão e de convivência social com a diferença

Os preconceitos e estigmas que circulam acerca das pessoas portadoras de necessidades especiais, foram relatados como um dos principais desafios a ser superados no trabalho com a educação inclusiva. Esses aspectos apareceram tanto explicitamente como apontamos abaixo, quanto como questões de fundo, que permeiam as dificuldades apontadas por eles(as) em diferentes âmbitos de sua prática profissional. Associada a essa questão foi apontada a ausência de políticas públicas

voltadas para a superação destes preconceitos e para facilitar a inclusão, ou seja, de incentivos para a viabilização da educação inclusiva.

"(...)Ausência de políticas públicas e recursos de encaminhamentos para população que necessita de inclusão; (...)" (p. 35-56)

"Os principais desafios são lidar com a inclusão do deficiente na comunidade, porque ainda encontramos em grandes proporções o preconceito e a falta de esclarecimento sobre as deficiências, bem como as dificuldades encontradas nas famílias em estabelecer um vínculo saudável com tais pessoas, o que proporciona um início tardio de terapias (fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, dentre outras), que possibilitariam o desenvolvimento das habilidades que possuem". (p. 35-76)

4.1.2. Falta de condições de trabalho

Os(as) participantes relataram desafios com relação aos baixos salários; à grande demanda e sobrecarga de trabalho; à insuficiência de profissionais; a falta de estabilidade; a falta de recursos materiais e financeiros para o trabalho cotidiano; a falta de equipamentos e transportes; a falta de espaços e instalações adequadas e acessíveis e a dificuldade de garantir a qualidade na atuação profissional – aprimorando-se ou capacitando-se e/ou realizando o trabalho de forma satisfatória.

"1. O número de atribuições é muito grande, a demanda também. trabalho em equipe de apoio a aprendizagem com pedagogo e juntas temos que atender a 5 escolas. para solucionar o problema tentamos eleger prioridades, mas o foco preventivo do trabalho fica prejudicado uma vez que a secretaria nos exige a avaliação para o ensino especial. todo ano as cada escola encaminha cerca de 50 alunos para avaliação. 2. apesar de ser psicóloga com CRP em dia a SE-DF entende que estou em desvio de função e meu trabalho é constantemente ameaçado, além das gratifica-

ções recebidas. Como professora meu salário é maior. Ameaçam que eu receba como psicólogo escolar e não como professora de Psicologia, com uma perda salarial significativa. por outro lado a matéria foi extinta do ensino médio, então não há lotação para mim". (p. 35-134)

"(...) 2. salário baixíssimo – menos de 2salários mínimos (Secretaria Estadual de Educação): requer outro/s vínculo/s – sobrecarga de trabalho (30h + 30h semanais) para complementar renda. Falta de recursos materiais (...)" (p. 35-151)

"Falta de recursos materiais, utilizo recurso próprio para realizar as atividades na comunidade escolar; Falta de espaço físico nas escolas. Sou obrigada a atender em locais inapropriados;" (...)" (p. 35-68)

4.1.3. Relação com os familiares

Os(as) profissionais relataram que ainda há muitas dificuldades no trabalho devido a baixa adesão de muitas famílias de pessoas com necessidades especiais aos serviços e orientações da educação inclusiva. Alguns justificaram que associam essas dificuldades aos seguintes fatores: superproteção, dificuldade de aceitação da limitação do portador de necessidades especiais e falta da comunidade em geral com essa população.

"Parceria da família com a escola, interesse por parte da 1ª em buscar os atendimentos solicitados. Falta de parceria com mais Entidades/Órgãos que ofereçam atendimento na área de saúde e assistência social. (...)" (p. 35-29)

"O desafio maior é sensibilizar os pais para que eduquem seus filhos de maneira assertiva, estabelecendo-lhes limites, pois que a superproteção dos pais para com os filhos dificulta esse desafio. Essa se torna uma tarefa incansável, pois tenho que ter persistência e paciência quanto a esta questão". (p. 35-94)

4.1.4. Atuação em equipe multidisciplinar

As dificuldades trazidas pelos(as) psicólogos(as) com relação ao trabalho multidisciplinar referiram-se, principalmente, ao desafio de dialogar com os diferentes saberes e concepções sobre inclusão, a pouca disponibilidade para estabelecer uma relação dialógica entre as diversas áreas. Também foram relatadas as preocupações com as questões éticas de resguardo do sigilo das discussões em equipe multidisciplinar, bem como da falta de clareza e objetividade nos pareceres médicos a ser trabalhados em equipe.

"1- Desafio de resguardar a ética visto que o trabalho em equipe multidisciplinar exige uma discussão em grupo;(...)" (p. 35-204)

"Falta de relatórios médicos em especial de neurologistas e psiquiatras que sejam claros, objetivos ou que possibilitem acompanhamento do tratamento da criança que está sob meus cuidados. (p. 35-284) Maior desafio: Coordenar uma equipe interdisciplinar; lidar com as dificuldades próprias pertinentes/inerentes a interlocução com outras áreas do "saber". (...)" (p. 35-295)

4.1.5. As Escolas da Rede Regular de Ensino

De um modo geral, os(as) profissionais indicaram muitos desafios relativos a escola regular. Muitos deles afirmaram que a rede regular como um todo ainda está despreparada para realizar a educação inclusiva. Apontaram dificuldades das escolas em mediar, manejar e lidar com a diferença, em incluir as pessoas com necessidades especiais e modificar as práticas excludentes da instituição de ensino. Apontaram também como desafio, as dificuldades da escola com relação ao trabalho pedagógico devido à singularidade de cada aluno e o coletivo em que se insere, ao mesmo tempo.

"(...) dificuldade de modificar praticas educativas nas escolas". (p. 35-19)

"O principal desafio é a falta de preparo da "Escola" em relação ao processo de Inclusão. Como também, o processo ainda que arcaico das formas de avaliação escolar. (...)" (p. 35-90)

"Um dos maiores desafios é a rigidez do sistema de ensino, que não pensa na singularidade dos alunos". (...)" (p. 35-96)

4.1.6. Atuação com professores e alunos de escolas regulares

Esta dificuldade está intimamente associada à problemática apontada acima, porém decidimos destacá-la porque nos relatos dos(as) profissionais, um dos desafios que apareceu várias vezes, foi relativo ao trabalho específico com professores e alunos da rede regular de ensino. Os(as) profissionais da Psicologia disseram que ainda há muitas resistências e preconceitos no processo de convivência com a diferenças.

"A grande resistência dos educadores em acolher a inclusão, despreparo do profissional para lidar com a inclusão, ausência de profissionais habilitados e com conhecimento técnico no que tange a inclusão.(...)" (p. 35-B22)

"O principal desafio é a aceitação do aluno com necessidades educacionais especiais, pelos professores da classe regular, sem uma visão de incapacidade do aluno e/ou desculpa do despreparo para lidar com este aluno". (p. 35-180)

4.1.7. Lidar com as dificuldades ou limitações das pessoas portadoras de necessidades especiais

Os(as) psicólogos(as) indicaram em suas respostas, o trabalho específico que realizam com pessoas com necessidades especiais como

sendo um desafio. Apontaram como desafiador ter de lidar com a agressividade e a violência e também com as dificuldades advindas de ter de lidar com especificidades de algumas síndromes.

"Agressividade e violência associadas à questão de gênero (adultos do sexo masculino sendo atendidos por mulheres)". (p. 35-3)

"Trabalhar com essa clientela já é um desafio em si, mas especialmente crianças com sequelas de paralisia cerebral, autismo e deficiência Mental são as mais desafiadoras". (p. 35-370)

"Os principais desafios são as síndromes pouco conhecidas e raras, os familiares que desconhecem as deficiências dos filhos e querem soluções imediatas. (...)"(p. 35-399)

4.1.8. Falta de bibliografia, capacitação e formação sobre educação inclusiva

Os(as) profissionais apontaram a falta de materiais técnicos, teóricos e metodológicos para a atuação dos(as) psicólogos(as) com educação inclusiva como um desafio constante em seu cotidiano, bem como a falta de cursos e capacitações específicos para suas ações.

"(...) Poucos cursos e capacitações que abordem os desafios atuais. (...)"(p. 35-34)

"Há um desafio com relação a pouca formação para professores que atuam com alunos especiais, formação inadequada ou insuficiente. A dificuldade de aceitação por alguns setores da sociedade também é grande, o que resulta em pressões de pais e professores para a transferência de alunos-problema ou que "atrasam a turma". Muitos casos de alunos especiais demandam cuidados de saúde que são falhos nos municípios do interior, o que provocam ou agravam a possibilidade de integração e

desenvolvimento dessas crianças nas escolas. (...)" (p. 35-194)

"Escassez de técnicas para lidar com alunos com maiores comprometimentos (autismo, paralisia cerebral); ausência de bibliografia direcionada para a atuação do Psicólogo nesta área.(...)"(p. 35-335)

4.1.9. Atuação em rede

Os(as) profissionais se referem a muitas dificuldades relativas a atuação em rede. Apontaram a falta de locais e serviços especializados para a realização de encaminhamentos e a dificuldade de se trabalhar intersetorialmente com órgãos públicos.

"(...) Pouco locais para encaminhar para outros atendimentos necessários. -Falta de locais para encaminhar aqueles que não têm condições de frequentar classe comum. Falta de locais que ofereçam oficinas abrigadas e cursos profissionalizantes. Dificuldade de articular uma rede eficiente de atendimento com outros profissionais da saúde (médicos) da Secretaria da Saúde e assistentes sociais". (p. 35-9)

"Falta e/ou escassez de rede pública de atendimento para avaliação e acompanhamento de casos de alunos encaminhados para psicologia clínica, neurologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psiquiatria infanto-juvenil entre outros. (...)" (p. 35-411)

4.1.10. Conhecimento e aplicação das leis sobre educação inclusiva

Os(as) psicólogos(as) disseram que um dos desafios é conhecer os aspectos legais vinculados à questão da inclusão e poder influenciá-los no sentido de adequá-los à realidade de atuação com educação inclusiva ou de colocá-los em prática em seus locais de trabalho.

"(...) Dominar aspectos legais ligados a inclusão. Discrepância entre as exigências legais e as possibilidades locais/reais, por exemplo, exigência de laudos, número de alunos por turma e outras..." (p. 35-9)

"Os desafios são a aplicação das leis referentes a inclusão dos portadores de necessidades especiais que ainda não são postas em práticas. (...)" (p. 35-321)

4.1.11. Falta de clareza sobre o papel do psicólogo que atua com educação inclusiva

Nos relatos apareceram a dificuldade que os(as) psicólogos(as) sentem em lidar com as expectativas e com os encaminhamentos da Instituição Escola voltados para uma atuação clínica-psicológica. Também apontaram que há no campo dificuldades de distinção entre os papéis de pedagogos e professores e dos psicólogos.

"O principal desafio do trabalho diz respeito à diferenciação entre a atuação do psicólogo e do pedagogo. No trabalho constantemente se apresenta a pergunta sobre qual o papel do psicólogo na educação, papel este que deve se diferenciar da pedagogia, sem, entretanto, se identificar com a atuação clínica. Uma atuação que tenha como foco o desvelamento das complexas relações produzidas na instituição escolar sempre se efetiva com muitas contradições e dificuldades. (...)" (p. 35-6)

"O maior desafio neste momento está por conta da Secretaria de Educação do Município de Rio Bonito insistir no atendimento clínico aos respectivos alunos dentro de escola especial ou centro especializado. Penso que há necessidade URGENTE de divulgação da não possibilidade destes atendimento, já que é função da Secretaria de Saúde e não da Educação. (...)" (p. 35-164)

4.1.12. Inserção das pessoas portadoras de necessidades especiais no mercado de trabalho

Os(as) psicólogos(as) apontaram a dificuldade que existe em explicar para a população em geral que as pessoas com necessidades especiais são produtivas, apesar de possuir diferentes ritmos e tempos para a realização de atividades. Outra dificuldade indicada foi o problema legal de recebimento de benefícios, ou seja, não é possível acumular um benefício pago pelo governo e salário mensal por estar empregado (LOAS e recebimento de salários dos portadores de necessidades especiais que foram incluídos no mercado de trabalho).

"(...) A LOAS (benefício) também dificulta a ida dos nossos alunos para o mercado de trabalho, pois se estiverem recebendo em algum emprego perdem esse benefício". (p. 35-66)

"Conscientizar as pessoas ditas "normais" de que as pessoas que apresentam deficiência podem ir para o mercado de trabalho e que apesar de apresentarem, algumas vezes, ritmo próprio para desempenhar as atividades, elas são produtivas". (p. 35-177)

4.1.13. Situação de desigualdade social e pobreza da população

"Em alguns relatos a situação de pobreza da população atendida apareceu como um dos desafios que precisa ser compreendido e superado para que a educação inclusiva atinja seus objetivos. A situação social e econômica do bairro onde fica a instituição, com grande infiltração do tráfico de drogas". (p. 35-128)

"A dificuldade econômica da população que muitas vezes impede-os de ter acesso aos encaminhamentos realizados, questões de acessibilidade

local que impede que outras pessoas participem do grupo e a disponibilidade da família em participar do processo". (p. 35-175)

4.1.14. Avaliações Psicológicas

As dificuldades apontadas com relação às avaliações psicológicas dizem respeito à assertividade dos(as) profissionais na elaboração e definição de diagnósticos para as pessoas com necessidades especiais, seja por medo de errar e prejudicar a vida de uma pessoa ou pela vontade de obter um protocolo confiável para elaboração de programas eficientes de inclusão ou de reabilitação, como demonstram os exemplos abaixo:

"Dificuldade em implantar um protocolo confiável de avaliação neuropsicológica dos deficientes visuais que auxilie na elaboração de um programa de reabilitação/inclusão mais eficiente. (...)" (p. 35-44)

"O maior desafio é em relação as avaliações, a dificuldade em não estar errando em um diagnóstico". (p. 35-306)

Os desafios apontados pelos(as) profissionais atuantes com educação inclusiva demonstram a complexidade das questões vividas em suas práticas nos processos de inclusão, de ruptura de preconceitos e de ampliação dos espaços de convivência entre diferentes na sociedade como um todo – alunos, professores, profissionais de empresas ou escolas, familiares, as próprias pessoas com necessidades especiais, entre outros. Foi identificado que o papel do psicólogo não está claro e que ainda há muitas expectativas em relação a uma atuação clínica no campo da educação inclusiva.

4.2. Estratégias utilizadas para lidar com os desafios do dia a dia

As estratégias utilizadas pelos(as) psicólogos(as) para lidar com os

desafios apontados, na maior parte das vezes, referem-se a conversas, diálogos, discussões, reflexões e debates sobre as questões em pauta. Apresentamos a seguir as estratégias indicadas para lidar com diversas questões no campo da educação inclusiva.

a) Relativas a superação dos preconceitos

Os(as) psicólogos(as) apontaram diferentes possibilidades e estratégias utilizadas para lidar com os diversos desafios relativos aos preconceitos e a inclusão. Ou seja, disseram atuar de forma coletiva; buscando parceiros; divulgando informações e publicando materiais técnicos; promovendo cursos e capacitações; aprimorando-se e atualizando-se constantemente; potencializando e empoderando a pessoa com necessidades especiais; dialogando sobre essa questão; participando de debates e reflexões; promovendo a sensibilização social para a questão da inclusão das pessoas com necessidades especiais; observando o trabalho de inclusão nas instituições e orientando os profissionais e familiares.

"Mudança do paradigma da integração para o da inclusão, seja na escola, na família ou na comunidade em geral (buscamos estratégias práticas, trabalhamos para o empoderamento das pessoas, disseminamos conhecimento em publicações técnicas, cursos, assessorias e na mídia de modo geral... Não desistimos nunca, buscando aprimorar o trabalho específico da nossa área e da educação inclusiva dentro do contexto socio-histórico e desenvolver estratégias que respondam às demandas sociais no coletivo e no individual". (p. 35-299)

"Preconceito. Lido por meio da informação, diluição do estigma, ressignificando o conceito da deficiência e sobre a pessoa com deficiência". (p. 35-420)

"(...) Procuramos sempre sensibilizar os envolvidos sobre os direitos das pessoas e as possibilidades que se abrirão atuando frequentando a escola regular". (p. 35-92)

b) Relativas a falta de recursos

Os(as) psicólogos(as) indicaram diferentes formas para lidar com a falta de recursos: utiliza-se de recursos próprios; fazendo hora extra sem remuneração; apoiando-se na equipe de trabalho; adaptando-se aos recursos que há na instituição e priorizando as necessidades emergenciais.

"(...) tento(!) enfrentar me apoiando na equipe de trabalho e utilizando insuficientes recursos próprios (computador, impressora, xerox, materiais de consumo diversos...) e às vezes/raro da/s escola/s para realizar o trabalho e ações propostas. Trabalho itinerante sem ajuda de custo – atuação em diferentes escolas/quantitativo (cinco escolas + trabalho de equipe multiprofissional): a escola solicita que os profissionais fiquem mais tempo na escola, para melhorar em qualidade. esse desafio é difícil enfrentar, precisa haver mudanças nas diretrizes institucionais! (...)" (p. 35-151)

"(...) a solução encontrada é adaptar o material que disponibilizo para atuar no meu serviço.(...) (p. 35-99)

c) Relativas às famílias

Várias estratégias foram apresentadas para lidar com as dificuldades de trazer as famílias aos serviços, tais como: conversas, visitas domiciliares, reuniões e grupos informativos no sentido de buscar soluções:

"(...) Quando não é possível contactar a família ou esta não busca os atendimentos, o caso é informado ao Conselho Tutelar. Apesar de restrito os encaminhamentos são feitos aos locais disponíveis, mesmo que tenha uma longa lista de espera". (p. 35-29)

"(...) Quanto as famílias é o mais complexo, buscamos incentivar a sua participação com lembretes e palestras educativas com profissionais da Instituição e da área da saúde..." (p. 35-145)

d) Relativas às escolas regulares, professores e alunos

Os relatos abaixo indicam que os(as) profissionais da Psicologia têm utilizado diversas estratégias para auxiliar os professores e alunos das escolas regulares a superar as resistências e preconceitos relativos às pessoas portadoras de necessidades especiais:

"(...) Conversando e propondo um re-pensar da prática educacional. Buscava integrar o grupo de educadores para um trabalho coletivo". (p. 35-103)

"Procuro mostrar-lhes que o aluno precisa ser respeitado nas sua individualidade e forma peculiar de aprender, falo dos aspectos psíquicos envolvidos na relação professor-aluno (expectativas do professor com relação aos alunos, supondo que todos devem aprender o conteúdo trabalho ao mesmo tempo e da mesma forma, e a frustração do professor, tratando como incapacitado, o aluno que não atenda às suas expectativas)". (p. 35-141)

e) Relativos a falta de recursos técnicos/teóricos

Os(as) profissionais apontaram a utilização de algumas estratégias para lidar com a falta de recursos teóricos/técnicos como: conversar com profissionais mais experientes ou que também atuam com educação inclusiva; participar de grupos de estudo; trocar materiais e experiências.

"(...) Busco me atualizar com cursos, apesar de esses não serem específicos, leituras diversas e troca de experiências com outros profissionais". (p. 35-335)

"(...) Vou perguntando para profissionais mais experientes na área". (p. 35-196)

f) Relativos a atuação em rede

Como estratégias indicadas para lidar com os desafios da atuação em rede, os(as) profissionais indicaram a busca de parcerias com a rede privada, acadêmica, filantrópica, entre outras, para a realização de encaminhamentos.

Outra forma apontada se vincula a conversas presenciais com responsáveis das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Ação Social visando a implicá-las no processo de facilitação de uma atuação em rede intersecretarial e com serviços e profissionais especializados, como demonstram os relatos a seguir:

"(...) busca-se parceria com corpo clínico da Apae, da rede privada, filantropia (Movimento Familiar Cristão, Comunitário Dom Bosco) e universidade (UFSJ). Após diversas reuniões entre secretários da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde sobre o tema, foi organizado documento com assinatura de diretores e especialistas das escolas municipais e de autoridades da Secretaria Municipal de Educação, o qual foi encaminhado para Conselho Municipal de Saúde, explicando a situação de dificuldade de acesso pela falta e escassez da rede, solicitando organização do serviço de saúde pública do município. Além disso, incluiu-se no Plano Decenal de Educação a criação de um Centro de Referência para apoiar o trabalho". (p. 35-411)

"(...) Procuramos lidar com cada situação, a medida que ocorrem as dificuldades, realizamos reuniões de equipe da psicologia para estudarmos cada situação. Já procuramos os secretários da Saúde e da Ação Social. Há situações com que não sabemos como lidar, pois dependem de fatores sobre os quais não temos ingerência. O papel da psicologia não está bem estabelecido". (p. 35-262)

g) Relativos a confusões em relação ao papel do(a) psicólogo(a)

As formas de lidar com a falta de clareza com relação ao papel do(a) psicólogo(a) nas escolas, em sua distinção com os professores e os pedagogos e nas limitações da Psicologia como profissão têm sido os temas das conversas e discussões com outros profissionais que atuam na Escola, buscando esclarecer, delimitar e explicitar o papel do psicólogo.

"(...) Eu estou aprendendo a lidar com esses problemas, discuto muito com a direção e tento resgatar aos poucos a autonomia do setor de psicologia, tento, através de pesquisas, entrar em um consenso prático com o setor pedagógico. Agora, o mito do psicólogo, acho que é algo cultural, e talvez ele nunca se acabe, porque é sempre bom jogar a culpa no outro do que reconhecer suas próprias limitações". (p. 35-436)

"(...) Lido de modo a qualificar as demandas, considerando as peculiaridades, busco ser mais pró-ativa, ampliando a escuta psicológica. Busco a reflexão da ação de modo a destituir o pré-conceito sobre a atuação do psicólogo escolar e consolidar a identidade desse no contexto da escola. Considero as expectativas como o ponto de partida para a ação, e daí engajo a minha prática. Agora com relação à instituição a situação é mais complexa, requer abertura e espaço político". (p. 35-15)

É possível observar que as diversas estratégias utilizadas para lidar com os desafios no cotidiano de trabalho no campo da educação inclusiva são diversas e demonstram que os(as) participantes se esforçam para transformar as realidades locais e realizar um trabalho efetivo.

5. As práticas inovadoras

As práticas apresentadas como sendo inovadoras foram realizadas pelos participantes da pesquisa nas respostas à questão aberta do questionário que perguntava sobre práticas inovadoras no campo da educação inclusiva. Vale ressaltar que entendemos que a avaliação sobre o que é inovador é subjetiva e está intimamente atrelada às experiências profissionais dos(as) participantes, a formação em Psicologia e as características locais do trabalho do(a) psicólogo(a). Assim, a leitura do que foi indicado como inovador nos permite identificar o que está sendo avaliado pelos(as) profissionais que responderam à pesquisa como sendo avanços na interface entre Psicologia e educação inclusiva.

Após a leitura de todas as respostas à questão 36 da pesquisa, foi possível identificar que, de acordo com os(as) participantes da pesquisa on-line: a inserção do(a) psicólogo(a) no campo da educação inclusiva tem permitido o surgimento de práticas inovadoras e os(as) profissionais que atuam neste campo estão buscando utilizar princípios inovadores para orientar suas práticas. Essas respostas indicaram também que os(as) psicólogos(as) estão criando novas estratégias de trabalho, participando de projetos, trabalhando em equipes multidisciplinares e em rede, buscando parcerias entre as escolas especiais e as escolas regulares e realizando um trabalho político de superação das desigualdades. Apareceram também indicações de textos, experiências e autores considerados como inovadores no campo da Educação Inclusiva.

5.1 Os princípios norteadores do trabalho

Ao responder à questão sobre as práticas inovadoras, alguns pro-

fissionais optaram por apontar o que compreendem como sendo princípios norteadores da educação inclusiva e da atuação dos(as) profissionais da Psicologia na educação inclusiva. Os termos utilizados para relatar esses princípios são muitas vezes prescritivos e os discursos parecem buscar certa orientação geral das práticas em desenvolvimento e a ser desenvolvidas. Vejamos:

"Partimos do entendimento de um conceito de Educação Integral (www.cenpec.org.br) que ocorre em todos os espaços sociais e, obrigatoriamente, implica relações intersetoriais e amplia o conceito da inclusão para além das deficiências. Em uma sociedade excludente, como a nossa, temos de pensar um conjunto de ações e procedimentos que englobe todos, pois a vulnerabilidade social que atinge os deficientes, atinge também as crianças em risco social significativo". (p. 36-355)

"Práticas pedagógicas em educação para a diversidade, numa perspectiva inclusiva; gestão democrática compartilhada, onde sobressai o papel do "líder liderando líderes", dentro de uma visão sistêmica global da organização pedagógica". (p. 36-350)

5.2. As estratégias de trabalho

Os(as) participantes da pesquisa afirmaram que buscam criar estratégias novas de trabalho que possam facilitar e possibilitar a realização dos objetivos da Educação Inclusiva. Nos relatos aparecem estratégias desenvolvidas tanto individualmente pelo(a) profissional da Psicologia quanto em equipe multidisciplinar; essas são dirigidas a alunos, professores, familiares e comunidade. Apesar de, nos relatos, aparecerem muitas vezes misturadas, vamos apresentá-las separadamente para facilitar a leitura.

5.2.1 Práticas dirigidas aos alunos

Os(as) alunos(as) aparecem nos relatos de dois modos: os(as) alunos(as) com necessidades especiais e os(as) alunos da escola regular.

Os(as) alunos(as) com necessidades especiais aparecem mais vezes nos discursos e há uma diversidade de práticas a eles(as) dirigidas, como: acompanhamento individual, oficinas de diversos tipos, trabalhos específicos baseados em metodologias e conhecimentos científicos, atividades dirigidas à inserção profissional dos(as) alunos. Vejamos os exemplos de cada uma dessas atividades.

a) Acompanhamento individual

Nos relatos das práticas inovadoras alguns profissionais se referiram ao acompanhamento individual de portadores de necessidades especiais como uma prática inovadora.

"Realizamos os Plano Individual de Educação que visa desenvolver as habilidades dos alunos com deficiência e atingir as metas para que o aluno se desenvolva dentro dos seus próprios limites". (p. 36-331)

"O apoio prestado ao professor de apoio, junto ao aluno com sofrimento mental. Por não possuímos um CAPS, tentamos montar um plano de trabalho contemplando as necessidades deste aluno. Isso tem apresentado bons resultados. O apoio prestado ao guia intérprete, junto ao aluno com surdo-cegueira. O caso desse aluno, é tão complexo, que precisamos montar um projeto de trabalho, que ainda não encontramos nada na literatura. Apenas, utilizamos os recursos aprendidos em teorias da aprendizagem, do comportamento, personalidade, para agregarmos às estratégias de atendimento (Libras, Braille), usadas pela guia, viabilizando a comunicação com o aluno". (p. 36-105)

b) As oficinas

Os(as) participantes se referiram à realização de diversos tipos de

oficinas e atividades que buscam utilizar recursos lúdicos, musicoterapia, artísticos, entre outros, como práticas inovadoras. Vejamos os exemplos:

"Atualmente tenho desenvolvido algumas oficinas de produção com as crianças que são encaminhadas pelas escolas. Essas oficinas são desenvolvidas com a ajuda de uma pedagoga e uma estagiária de Psicologia". (p. 36-21)

"Acho a musicoterapia muito interessante, envolve todos de alguma maneira(pelo menos nos alunos com quem trabalho); trabalhos manuais (artesanato) também mobilizam muito os alunos". (p. 36208)

c) Trabalhos específicos baseados em metodologias e conhecimentos científicos

Muitos(as) dos(as) participantes nomearam como inovadoras as práticas realizadas a partir de conceitos ou referenciais teóricos do campo da Psicologia ou da Educação. Seguem alguns exemplos:

"O trabalho com o Enriquecimento Instrumental Feuerstein tem contribuído para o desenvolvimento das funções cognitivas e das operações mentais de pessoas consideradas deficientes mentais". (p. 36-55)

"Trabalhamos com a estimulação sensorial e motora, utilizando objetos e brinquedos pedagógicos, numa abordagem construtivista. Trabalho com relaxamento de crianças utilizando o método de Michaux (PETHO SANDOR). A fisioterapeuta trabalha com o Bobaht e a musicoterapeuta trabalha com instrumentos sonoros e musicais, alguns confeccionados por ela, com sucatas". (p. 36-100)

"Observo que funciona bem testar que tipo de habilidade o aluno com necessidade especial apresenta e desenvolver atividades direcionadas a isso. Essa prática é possível a partir da teoria de Howard Gardner com as Inteligências Múltiplas". (p. 36-385)

Ainda aparecem dois relatos que se referem a experiência de traba-

Iho específico com superdotados:

"No momento acredito que o trabalho identificação de alunos com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação que realizamos desde 2004, bem como o direcionamento destes para atividades na escola ou em outros espaços. Cabe salientar as sessões de estudos especificamente para o estudo das Altas habilidades/Superdotação". (p. 36-212)

O projeto de superdotação de investigação nas escolas foi inédito, pois nem cidade próxima – Cascavel – possui esse tipo de investigação, que iniciou através da Escala Sisk e posteriormente com O WISC, associado a entrevista com família e corpo docente, inclusive a participação ativa de psicopedagogas em Toledo, porém, como já falei anteriormente, no momento atuo no RH na pré- aposentadoria apoiando funcionários e na capacitação.

d) A inserção profissional

Nos relatos foram identificadas atividades dirigidas à inserção profissional, bem como o acompanhamento dos(as) alunos(as) no mundo do trabalho como uma atividade inovadora no campo da educação inclusiva. Vejamos alguns exemplos:

"O próprio mapeamento das atividades desempenhadas nas empresas, e as palestras de sensibilização também são práticas desenvolvidas. Outra prática, é a fiscalização realizada pelo Ministério Público e a Delegacia Regional do Trabalho, em relação ao cumprimento do Decreto Federal nº 5.296/04". (p. 36-177)

"Projeto da Embaré (oficina profissionalizante) Casas Lares Projeto de sexualidade. Todos os projetos assim como a execução dos mesmos podem ser encontrados na Apae da cidade de Lagoa da Prata". (p. 36-464)

e) O trabalho com alunos da escola regular

Os(as) participantes descreveram em seus relatos sobre as novas práticas como acompanhamento do aluno em diferentes ambientes, na escola, observando, intervindo nas relações sociais que são desenvolvidas com alunos da escola regular que tem realizado a inclusão. Vejamos algumas atividades:

"(...) Poderia fazer uma extensa descrição, mas resumidamente exemplifico dizendo que quando acompanho alguma criança em que a dificuldade no ambiente escolar é muito significativa, vou à escola e permaneço com a professora na sala de aula no período das aulas, converso com os colegas da criança, faço dinâmicas etc... Penso que o ideal seria que tivéssemos psicólogos lotados nas escolas. Outra prática é trabalhar a inclusão social dentro do espaço social, clubes, teatros, praças etc". (p. 36-298)

Bom, um projeto que tem dado certo é capacitar os alunos que fazem parte da mesma sala de aula que o aluno com necessidades especiais, assim toda a sala se mobiliza em prol daquele aluno e cobra do professor sempre que este parece desligado daquele aluno em especial. (p. 36-199)

5.2.2 As estratégias utilizadas com as escolas, com os professores e os funcionários

Muitas das práticas indicadas como inovadoras são dirigidas à escola como instituição, aos professores e aos funcionários das escolas. Vejamos:

a) A escola como foco do trabalho

A instituição escola aparece em alguns relatos como sendo o objeto privilegiado de intervenção dos(as) profissionais da Psicologia. Em um dos relatos aparece uma crítica explícita ao trabalho individualizante que não tem a instituição como foco do trabalho. Outros explicitam a impor-

tância das intervenções que buscam intervir na dinâmica das relações institucionais, aparece também a importância de criar espaços dialógicos no contexto da escola. Vejamos os relatos:

"Bons resultados em relação ao trabalho do psicólogo, que lida com queixa escolar, são atingidos quando a intervenção é voltada para a trama institucional que acontece na escola. Uma intervenção que prioriza o atendimento clínico da criança com dificuldade escolar é ineficaz, no sentido que responsabiliza apenas a criança pelo fracasso, esquecendo-se de toda a rede de relações envolvidas neste processo". (p. 36-469)

"Dinâmicas de grupo com toda equipe da instituição escolar (professores e funcionários), visando à melhoria das relações no ambiente de trabalho, alívio de tensões, conflitos de relacionamentos, melhoria da autoestima e potencialização da capacidade de cooperação de toda a equipe, realizadas uma vez por semestre". (p. 36-280)

b) A formação de professores

Apareceram diversas atividades relativas ao processo de formação de professores, como a intervenção na graduação e as atividades de formação continuada desenvolvidas no contexto da escola. Vejamos alguns exemplos:

"Penso que o trabalho de formação de professores que temos realizado na rede (entendendo formação não como a transmissão de conhecimentos, mas como a possibilidade de oferecer espaços de fala e de reflexão sobre os desafios que os professores enfrentam cotidianamente na escola) tem produzido bons resultados no sentido de ampliar a discussão sobre a inclusão". (p. 36-06)

"A inovação deste projeto se revela no fato de possibilitar o trabalho interdisciplinar de forma adequada através da metodologia PBL e fornecer formação continuada em serviço para as professoras que tem os alunos

que participam do projeto". (p. 36-42)

c) O atendimento de professores e funcionários

Em alguns relatos aparecem os termos: atendimento, orientação e apoio a professores e funcionários. Na maioria das vezes, utilizam esses termos quando estão se referindo a espaços de escuta da subjetividade desses profissionais e de orientações específicas em relação às demandas por eles apresentadas.

"Atendimento em grupo com os professores e comunidade escolar grupo focal com profissionais da escola especial". (p. 36-133)

"Os encontros que temos feito com os professores que se chama "Encontro com a diversidade: limites e alcances". Este trabalho funciona com o referencial psicanalítico e utilizamos a escuta como forma de possibilitar a circulação do discurso dos professores em relação aos impasses no trabalho com a diversidade". (p. 36-288)

5.2.3. Estratégias desenvolvidas com as famílias e a comunidade

Os(as) participantes referiram-se a ações inovadoras desenvolvidas com as famílias e as comunidades que buscam auxiliar o processo de inclusão. Vejamos alguns exemplos:

"Desenvolver atividades que envolvam a família e se possível a comunidade do deficiente visual. Assim conseguimos alcançar com mais facilidades nosso objetivo geral que é a inclusão de nossas crianças não só na escola mas também em outras esferas sociais. Planejar e atuar em conjunto com a equipe interdisciplinar da instituição". (p. 36-284)

"Tenho desenvolvido a prática de atendimento sistêmico à famílias e redes sociais, o que tem possibilitado ampliar o trabalho da Psicologia den-

tro da Apae Manhuaçu, visto que conseguimos resultados com a participação do psicoterapeuta e também das pessoas envolvidas no próprio processo terapêutico, em atividades realizadas na Escola Especial e na interlocução com a comunidade". (p. 36-76)

5.2.4. O trabalho desenvolvido em conjunto com as equipes multidisciplinares

Dentre as novas estratégias de trabalho citadas na pesquisa, a maioria delas incluiu o trabalho conjunto em equipe interdisciplinar. As inovações aparecem associadas desde a implantação de equipes multidisciplinares até a execução de diferentes tipos de trabalho em conjunto com a equipe. Vejamos alguns exemplos:

"A inovação de nosso trabalho está na implantação na cidade e uma Equipe Multidisciplinar da Educação Inclusiva com psicólogos, fonoaudiólogas e psicopedagogas. Procuramos oferecer confiança, viabilidade e crença de que é possível a inclusão de alunos com necessidades especiais. mesmo num sistema de ensino tão rígido". (p. 36-96)

"Realização de planos de trabalho, a partir de dados recolhidos junto aos profissionais, à família, à observação em sala de aula. Esses planos de trabalho contêm ações que são pensadas coletivamente e envolvem a escola (professores, diretores em alguns casos), família e demais profissionais relacionados. Esses planos de trabalho geralmente dão resultado, pois pressupõem um trabalho anterior de coleta de informações, diálogo com os agentes escolares e observação do aluno (avaliação). A análise dos dados obtidos pelo psicólogo, permite uma visão de contexto, criando espaço para as mudanças que se fazem necessárias para atender o aluno". (p. 36-118)

"Na verdade o projeto do qual faço parte é inovador no que diz respeito ao trabalho multidisciplinar em escolas. Faço parte de um projeto da

Secretaria de Educação do município composto com uma equipe de psicólogos (12 profissionais), fonoaudiólogos (5 profissionais), assistente social (2 profissionais)". (p. 36-246)

"Nos relatos sobre a atuação interdisciplinar e a comunicação entre os diversos profissionais e as escolas aparece como uma estratégia que tem possibilitado uma atenção mais ampla e resultados mais significativos. Muitos ainda enfatizaram a importância da atuação interdisciplinar com as famílias. Em um dos relatos apareceu ainda a atuação das equipes do PSF nas escolas buscando a integração entre saúde e escola. Vejamos: Trabalho em matriciamento/interconsulta: leva-se a diversas escolas/unidades de saúde/PSF a discussão conjunta do problemas, tendendo à responsabilização coletiva da situação. Vários autores descrevem esta prática. (p. 36-211)

5.2.5. Trabalho em rede

Alguns participantes se referiram ao trabalho realizado em rede que busca otimizar os recursos e garantir o envolvimento intersetorial como uma experiência inovadora.

"O trabalho utilizando a rede municipal e envolvendo todos os atores tem dado bons resultado". (p. 36-301)

Trabalhos em rede, projetos de formação para professores com espaço para debates e diálogo, estudos na área de neuropsicologia". (p. 36-307)

"Em Chapecó, temos desenvolvido a RAIA (Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente)". (p. 36-309)

5.2.6. Práticas inovadoras desenvolvidas por outros profissionais

Alguns profissionais citaram algumas práticas como sendo inovadoras, apesar de esses participantes não estarem diretamente envolvidos(as) com elas:

"Eu, como psicóloga, oriento e apoio esta prática, mas não a executo propriamente. Acho que uma boa alternativa atualmente é o trabalho do Atendimento Educacional Especializado, desenvolvido nas Salas Multifuncionais de Recursos, com os alunos incluídos no ensino comum, em período oposto ao do ensino regular. Este atendimento tem por objetivo propiciar os recursos necessários, para que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham condições de acesso ao currículo escolar semelhantes aos alunos sem estas características". (p. 36- 422)

"A atuação da professora de Educação Física levando as crianças deficientes até a sociedade integrando as mesmas na comunidade em apresentação: dança teatro". (p. 36-47)

5.3. Projetos inovadores

Alguns profissionais se referiram a diversos projetos como sendo inovadores. Estes projetos muitas vezes buscam cumprir as diretrizes da LDB, e são desenvolvidos por Secretarias Municipais de Educação, escolas e organizações não governamentais:

"Projeto Inclusão Digital Especial que atende alunos com deficiência em salas de informática, que se iniciou na ong onde atuo (...) e transformouse em política pública municipal". (p.36-142)

"Projeto Amar é. Destina-se à organização de um espaço de discussão, reflexão e orientação sobre temas da adolescência, sexualidade/afetividade, direcionado aos jovens especiais". (p. p. 36-158)

5.4. Parcerias entre escolas especiais e escolas regulares

Vários relatos descreveram a busca de parcerias entre as escolas regulares e as escolas especiais afim de concretizar os objetivos da Educação Inclusiva como sendo uma inovação neste campo. Vejamos:

"Na área da inclusão, desde 2005, tenho desenvolvido junto com a equipe da Apae parceria com a secretaria de educação especial. A psicóloga e a coordenadora pedagógica reúne os pais de crianças que frequentarão o ensino regular, em seguida, a criança visita a escola que estudará no próximo ano ou semestre. No começo das aulas, visitamos a criança, conhecemos a professora, coordenação e diretor da escola regular, estabelecemos vínculo e trocas de experiência que estão vivenciamos, esclarecemos a avaliação, tipos de atendimento especializado que a criança necessita e orientação aos educadores. Assim, a escola sente-se assistida e fortalecida, sentindo-se à vontade para procurar a escola especial quando sentir necessidade". (p. p. 36-79)

"Algumas crianças já se encontram incluídas em escolas regulares e outras em processo de inclusão esse trabalho é acompanhado por nós no que chamamos trabalho ponte, realizado em parceria com as escola que absorvem nossa clientela. Desenvolvemos também várias oficinas onde as crianças expressam suas habilidades específicas e entre elas se destaca a oficina de artes e reciclagem". (p. p. 36-440)

5.5. Trabalho político para superação de desigualdades e preconceitos

A busca de superação das desigualdades está presente em muitos dos discursos da pesquisa de forma direta ou indireta quando se referem a inclusão. Porém, os(as) profissionais se referiram a ações específicas

que estão orientadas por essa perspectiva política e que buscam transformar a sociedade:

"Intensificar ações mais gerais que envolvam toda a sociedade. Particularmente, tenho participado de seminários de sensibilização em muitos municípios de Pernambuco e estados vizinhos, na qualidade de palestrante seguidos de programas de capacitação e formação continuada para os professores. Os resultados são animadores, embora estejam longe do ideal. Acredito, porém, ser um processo e que deve ser levado a cabo, apesar dos muito entraves das mais variadas ordens". (p. 36- 67)

"Tem se buscado problematizar junto aos profissionais do campo de educação que atuam com as crianças ditas de inclusão sobre as questões relacionadas à diferença e aos processos que cada sujeito faz em tempos diferenciados". (p. 36-222)

5.6. Indicações de referenciais teóricos e experiências consideradas inovadoras

Nos relatos apareceram indicações de experiências que são vistas como inovadoras e que têm sido inspiradoras para as práticas desenvolvidas no cotidiano das ações dos(as) profissionais da Psicologia. Apareceram também muitas indicações de autores, textos e grupos ligados à universidade que têm trabalhado na produção de conhecimentos no campo da educação inclusiva. Vejamos alguns exemplos:

"Esse trabalho vem sendo realizado pela equipe técnica do ensino fundamental de São Bernardo do Campo e é inspirado nas reuniões com professores do Grupo Ponte, do Lugar de Vida, pré-escola terapêutica que atua com crianças com distúrbios globais de desenvolvimento (36-206) (sic) Bibliografia: Cesar Coll, Psicologia da educação e Petter Mitter, Educação Inclusiva contextos sociais". (p. 36- 214)

"Avaliação qualitativa e não quantitativa das queixas escolares (UFU – Universidade Federal de Uberlândia – Prof. Dra. Sílvia Cintra e outras)". (p. 36 356)

5.7. Não conheço práticas inovadoras

Apesar de todas essas indicações apresentadas acima, alguns participantes afirmaram não conhecer novas práticas e nem ter muitas informações sobre a atuação da Psicologia no campo da educação inclusiva.

"DESCONHEÇO" (p. 36-141)

"Não conheço nenhuma". (p. 36-414)

Alguns profissionais utilizaram esse espaço para se referir a práticas que, apesar de, do ponto de vista deles, não ser consideradas inovadoras, foram conquistas e, de certo modo, representam avanços no trabalho cotidiano com a inclusão. Como exemplifica a resposta abaixo:

"Não são práticas que considero ser inovadoras, mas são práticas que considero ter sido muito difícil de ter alcançado.

1 - Orientação para os educadores, uma intervenção no sentido da Psicologia Escolar: esta ainda é tímida, pois cada professor tem somente 30 minutos ao mês de orientação. Nesta orientação tento desmistificar os rótulos clínicos e fazer reflexões sobre o papel do educador;

2 - Nas triagens (avaliações psicodiagnósticas) a equipe é orientada para sempre esclarecer que o avaliando não necessita receber a priori uma avaliação clínica para que seja autorizado a se matricular em qualquer escola regular comum e que mesmo que este aluno apresente qualquer patologia ele e a família podem escolher entre escola especial ou escola comum;

3 - Outros profissionais da saúde atuam com o programa de rádio semanal que aborda temas sobre personalidade, deficiências: dificuldades e

possibilidades, aspectos legais referentes ao PNE (portador de necessidades especiais), direitos e deveres do PNE como cidadão e como pessoa dotada de personalidade, saúde em geral". (p. 36 204)

Assim, a análise evidenciou que a maioria dos(as) profissionais que atuam neste campo tem buscado inúmeras formas novas de trabalhar, que, muitas vezes, não são necessariamente práticas novas, mas perspectivas e concepções acerca da inclusão e da necessidade de garantir o respeito a diversidade.

6. As contribuições do trabalho dos(as) psicólogos(as) para a educação inclusiva

Na questão 37, os(as) participantes da pesquisa foram solicitados a responder sobre quais contribuições o trabalho dos(as) profissionais poderia dar à educação inclusiva. As respostas a esta questão trouxeram uma diversidade de contribuições que nos remetem a pensar na amplitude do campo de ação dos(as) psicólogos na educação inclusiva. Assim, após a leitura de todas as respostas, organizamos as principais contribuições indicadas e os termos utilizados para justificar essa contribuição de acordo com os temas e os recursos linguísticos utilizados para se referir as contribuições. Ou seja, alguns termos indicam transformação, ou se referem a ações que remetem a contribuições específicas cujos resultados são observáveis. A separação das contribuições dentro desta temática foi realizada a partir da interpretação do argumento central da resposta e está claro para nós que, na maioria das vezes, esses temas estão entrelaçados na rede argumentativa sobre educação inclusiva. Separamo-los aqui, apenas com o objetivo didático de tornar mais clara a leitura e destacar as principais contribuições.

6.1. O trabalho em uma perspectiva ampla de contextualização histórica e social das questões relativas a educação

Nos relatos aparece várias vezes o argumento de que o trabalho dos(as) profissionais da Psicologia contribui para possibilitar uma leitura ampliada e uma análise crítica da educação e das escolas.

"A possibilidade de levar a população envolvida com educação especial a refletir sobre concepções baseadas em uma sociedade capitalista onde só tem espaço para "o melhor", onde quem não consegue aprender utilizando os poucos recursos oferecidos é visto como incapaz, alvo de desapontamento e frustração, aquele que fere o ego de quem "tenta" ensinar-lhe, pois o profissional que trabalha com este aluno acredita que é "desdenhado" pelos seus colegas e gerente, por não conseguir fazer com que este aluno aprenda o conteúdo programado para o aquele ano. Acredito ser esse o primeiro passo: o profissional em Psicologia precisa estar empenhado em levar estas pessoas a refletir para abandonar crenças ultrapassadas, respeitar as individualidades, modificar sua prática". (p. 37-141)

"Ampliar suas discussões e efeitos para uma criticidade ética, política (e por isso mesmo histórica) e estética (atenta aos movimentos de invenção da vida) complexa, questionadora dos sentidos da Escola e não-restrita a discussões técnico-pedagógicas. Discussão rigorosa da dimensão pública da educação, como direito e potência transformadora combativa (antineoliberal)". (p. 37-365)

"Penso que a principal contribuição que meu trabalho pode dar à educação inclusiva é a de explicitar conflitos que uma escola historicamente excludente vive diante do desafio da democratização da educação, de modo que se problematize a culpabilização das crianças pelas dificuldades de escolarização que enfrentam". (p. 37-06)

Outra contribuição que aparece muitas vezes é relativa a busca da utilização da leitura crítica da realidade para superar os desafios e promover a cidadania, o respeito aos direitos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

"Promover uma sociedade mais humana e igualitária, no que diz respeito ao SER CIDADÃO". (p. p. 37-51)

"Contribuição social, desmistificação de paradigmas e uma sociedade

mais igualitária e afetiva". (p. 37-378)

"Universalização da educação como direito de cidadania". (p. 37-450)

6.2. O trabalho para o respeito da diversidade

Os(as) participantes se referem ao trabalho para o respeito das diferenças e diversidades como sendo uma das grandes contribuições dos(as) psicólogos(as) que atuam em educação inclusiva. Alguns deles argumentam que o reconhecimento das diferenças leva a mudanças de atitude e possibilita a construção de escolas capazes de atender a diversidade humana. Vejamos:

"Espero contribuir para que possamos acolher a diferença, como diferença e não como anormalidade ou doença; que possamos deixar a educação ser educação, sem adjetivos qualificativos; e que possamos construir escolas que atendam a diversidade humana". (p. 37-55)

"Acredito que a primeira contribuição seja o respeito à diferença; possibilidade de as crianças e os jovens estudarem e terem as adequações necessárias com acompanhamento especializado para seu desempenho; esclarecer para a população em geral, do que se trata o tema Inclusão". (p. 37-206)

"Propiciar um olhar diferenciado para construir os caminhos de uma proposta inclusiva com base não apenas nas propostas de adaptações pedagógicas, mas também propiciar mudanças institucionais, relacionais que conduzam ao desenvolvimento de um clima e uma cultura de inclusão as pessoas com necessidades especiais, bem como para outros grupos sociais: negros, aidéticos, ex-presidiários, homossexuais, dentre outros". (p. 37-283)

Em muitos relatos a contribuição está associada a busca por desconstruir e superar os preconceitos em relação a diversidade e criar estratégias de inclusão:

"Creio que com o meu trabalho que acredito muito, possamos diminuir ou acabar de vez com o preconceito e o rotulo de que uma criança disléxica seja preguiçosa, bagunceira, burra e muito mais. A dislexia não é uma doença, a criança só precisa de acompanhamento e adaptação da instituição, é necessário mudanças no planejamento escolar para que esta criança se desenvolva tranquila". (p. 37-424)

"A divulgação e a popularização das diferenças. demolindo os preconceitos e os mitos sobre as deficiências no âmbito escolar". (p. 37-237)

6.3. A contribuição para uma educação inclusiva de qualidade

Os(as) respondentes se referiram diversas vezes ao trabalho desenvolvido por psicólogos(as) no cotidiano de suas ações no campo da educação inclusiva como uma contribuição para melhorar qualitativamente o processo de inclusão em diversos aspectos, por meio do trabalho com os alunos, professores, escolas e comunidade.

"Uma inclusão mais qualificada". (p. 37-23)

"As orientações são essenciais, pois normalmente o perfil dessas crianças é de baixa autoestima. os pais têm dificuldade em lidar com a situação, e a escola já "não sabe" o que fazer. desta maneira o serviço de psicologia oferece melhora no relacionamento intra e interpessoal que irá refletir de maneira significativa na aquisição da aprendizagem, assim como na saúde mental da criança". (p. 37-99)

"Busca qualificar a práticas dos profissionais e o manejo da família com está criança. Desmitificar alguns questões que estão relacionadas a criança com necessidade especial, superproteção por exemplo". (p. 37-222)

Alguns argumentaram que o trabalho desenvolvido por profissio-

nais da Psicologia tem facilitado não somente a inclusão nas escolas, mas também a integração social:

"Acredito que o meu trabalho contribui com a maior integração desse aluno na sociedade, pois permite condições de acesso e permanência do mesmo em todas as instâncias sociais as quais ele tem o direito de participar e estar". (p. 37-166)

"O trabalho com grupos de crianças contribui com a integração e inclusão, desta forma contemplando a proposta de educação inclusiva". (p. 37-269)

"A integração social do portador de necessidades especiais, com a melhoria no convívio social, facilitando para melhorar sua integração no meio social (Tomar ônibus, fazer serviços bancários e outros)". (p. 37-447)

6.4. A ênfase na subjetividade

Em alguns relatos os(as) participantes enfatizaram o trabalho com a subjetividade como sendo uma contribuição relevante da Psicologia para o campo da educação inclusiva. Nos discursos, este trabalho é descrito às vezes como sendo um trabalho com a subjetividade dos professores, pais ou alunos, outras vezes é um trabalho no sentido de garantir que a subjetividade das pessoas portadoras de necessidades especiais seja respeitada, ou ainda de garantir que a educação facilite o desenvolvimento dos potenciais individuais.

"A contribuição maior do psicólogo é poder compreender as pessoas em exclusão social ou escolar de forma subjetiva e portanto singular, considerando então que Educação Inclusiva é educar respeitando a diversidade podemos colaborar muito neste sentido, trabalhando com um desmonte dos rótulos e estigmas etc". (p. 37-298)

"Mudança de postura diante da deficiência por parte dos envolvidos, a consideração de que o sujeito se constitui subjetivamente e não apenas cogniti-

vamente. a importância para a relação professor-aluno (relação eu-outro) constituinte de significações, de modos de ver o mundo de posicionar-se diante da vida. A culpa não nos leva a lugar algum. A responsabilidade de todos cria a possibilidade de inventar, de criar espaços alternativos". (p. 37-73)

"Ajudar o professor a perceber as individualidades de cada um. É um novo olhar ao outro...Tenta-se buscar então uma pedagogia criativa, baseada na formação e no desenvolvimento da personalidade e que, por isso, inclui todas as dimensões da vida: corpo, a natureza, a sociedade e as ideias, imagens e emoções. Um método de ensino centrado na vivência e não na abstração e que evoca diariamente a imaginação de alunos portadores de necessidades especiais e educadores para reunir o objetivo e o subjetivo dentro da dimensão simbólica ativada pelas mais variadas técnicas expressivas para vivenciar o aprendizado". (p. 37-90)

6.5. Trabalho para implementar e consolidar as políticas e os programas de educação inclusiva

Apesar das leis e dos avanços em termos de políticas públicas, nem todos os municípios implantaram a educação inclusiva e mesmo em lugares que ela já foi implantada, muitas vezes é necessário um trabalho de esclarecimento e divulgação para que as famílias possam aderir. Assim, alguns participantes afirmaram contribuir para este processo de implantação:

"Trabalho na secretaria municipal de Educação e atendemos crianças e jovens encaminhados pela escola bem como atendimento as famílias. O que observamos no município e estamos tentando modificar tal situação, que crianças e jovens com deficiência (em todas) são excluídos do contato social, principalmente as que moram no assentamento. As que moram na cidade ou mais próximas, só recebem o BPC. A Apae do município vem agora em um ano de existência conscientizando as famílias das crianças a estarem frequentando a Apae e a escola pública (temos

duas escolas no município). Aos poucos estamos chegando até as famílias com portadores de necessidades especiais". (p. 37-271)

"(...) o acompanhamento da famílias cujos filhos não frequentam a escola tem feito ampliar a consciência daquela para a necessidade de inseri-lo em um processo educativo visando a seu desenvolvimento. A esse respeito faz parte do meu trabalho apoiar a família na busca e inserção dessa criança em uma instituição especial ou inclusiva". (p. 37-175)

Para a consolidação da educação inclusiva alguns profissionais participantes enfatizaram a importância de manter um diálogo aberto entre escola regular e escola especial e de trabalhar com todos os segmentos envolvidos no processo para garantir a igualdade de direitos. Vejamos:

"Tento contribuir para a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, com igualdades de direitos". (p. 37-421)

"Mesmo com muitas dificuldades institucionais, o meu trabalho é essencial para o processo de inclusão. Em minha experiência nesse setor observo que os profissionais da psi são os que movem os processos de mudanças, os primeiros a querer e a ver a inclusão de fato. E o trabalho de inclusão deve começar dentro das instituições especiais que tem muitas dificuldades em deixar seus alunos caminharem para um processo de independência". (p. 37-436)

Em alguns dos relatos os(as) profissionais afirmaram que a posição de mediadores assumidas por eles é uma importante contribuição para a consolidação da perspectiva inclusiva:

"A implantação de uma educação inclusiva deve acontecer a partir de uma mudança de visão do processo educativo, é contínua e gradativa e tem o "saber do professor" como centro do processo. Daí penso que a minha atuação enquanto psicóloga é estar mediando e favorecendo todo este processo de implantação rela e efetiva de uma perspectiva inclusivis-

ta da educação". (p. 37-280)

"A contribuição que o trabalho que realizo pode dar à educação inclusiva, está em interagir de forma saudável com o sistema do qual faço parte; ser um facilitador na busca pela dissolução de problema". (p. 37- 76)

6.6. A potência transformadora da Psicologia

Em vários relatos aparece que a contribuição do trabalho dos(as) psicólogos(as) possibilitam transformações e mudanças significativas na sociedade, nas escolas, nos professores, nas relações pedagógicas, nos alunos, na família e comunidade. Vejamos:

a) Transformação da escola e das relações pedagógicas em sala de aula

"Adequações curriculares realizadas juntamente com a equipe de Supervisão para os professores, bem como adequações na estrutura física da escola necessárias para o atendimento e inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais". (p. 37-472)

"Acho que muito já contribuimos no sentido de mudar nas escolas a visão que se tem do aluno com necessidades educacionais especiais, de que ele pode aprender, que ele gosta e precisa se sentir aceito. E o melhor de tudo: é chegar na escola e ter como resposta ao teu trabalho um abraço deles". (p. 37-479)

b) Transformações nos alunos

Em alguns dos relatos os(as) participantes da pesquisa enfatizaram que o trabalho dos(as) psicólogos(as) tem possibilitado transformações significativas na vida destas crianças e jovens inclusive no reconhecimento de que estes são sujeitos de direitos. Vejamos alguns exemplos:

"Possibilidade para os usuários enfrentarem, com autonomia, situações

da vida diária e de expressar suas vontades em seu meio de forma mais compreensível e efetiva". (p. 37-75)

"Por exemplo: Quando buscam uma escola de inglês, que eles busquem o seu direito de cidadão (material, provas) mas que ele também seja um multiplicador de conhecimento para que ajude o professor a atender suas necessidades". (p. 37-188)

6.7. As contribuições para a reflexão e produção de conhecimentos sobre a educação inclusiva

Nos relatos uma das principais contribuições dos(as) profissionais da Psicologia está diretamente relacionada ao arcabouço teórico da Psicologia e as possibilidades de ação a partir desses conhecimentos. Porém, outra contribuição que está muito presente nos discursos é a produção de conhecimentos a partir da reflexão crítica sobre a realidade da inclusão no Brasil. Foram apontados diversos conhecimentos produzidos na interface entre Psicologia e educação inclusiva, bem como trabalhos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. Como indicam os relatos abaixo:

"(...)Produção de conhecimento teórico, a partir das pesquisas de Mestrado e Doutorado". (p. 37-200)

"(...)Minha tese de Mestrado foi sobre este tema". (p. 37-220)

"Há 2 anos concluí uma Pós-Graduação em Educação Inclusiva, tendo minha monografia sido na área de Altas Habilidades/Superdotação. Considero que meus estudos têm sido aprofundados em Educação Especial nesta para melhor assessorar as escolas". (p. 37-212)

"Estamos há cerca de 20 anos nesse caminho, já somos referência, título concedido pela SEESP/MEC, mas ainda enfrentamos muitas resistências e contradições. Ainda precisamos conhecer mais sobre a diver-

sidade humana". (p. 37-251)

"(...) criação de modelos teóricos e operacionais e estratégias de construção do atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva". (p. 37-299)

"Minha dissertação de Mestrado foi na área da educação inclusiva e encontra-se disponível nos seguintes sites: www.teses.usp.br e www.dominipublico.br podendo ser acessada a partir de uma pesquisa simples por nome: Antonio Carlos Gonsales Sanches. Além dessa contribuição, minha postura e atitudes em promover discussões intersetoriais sobre o entendimento de uma sociedade inclusiva, acredito, têm auxiliado nesta construção". (p. 37-355)

Alguns profissionais indicaram que, devido às especificidades da Psicologia, as contribuições oriundas dessa disciplina possibilitam novas leituras no campo da educação inclusiva:

"Acredito que o trabalho de um psicólogo atuando em órgão central de uma Secretaria de Educação contribui muito com uma visão diferenciada que muitas vezes a visão da pedagogia não tem. Ou seja, onde a escuta possa ser garantida para as pessoas que estão envolvidas neste trabalho, distanciando essas pessoas da sua própria história e fazendo com que ela entenda que o processo ensino aprendizagem é um processo que envolve muito da subjetividade de todos os envolvidos seja ele o aluno seja ele o professor. E isso ele tem que entender e é nesse momento que acredito entrar o trabalho do psicólogo". (p. 37-405)

"Considero que o trabalho de psicologia educacional/escolar contribua como apoio e colaboração à equipe da educação, à medida que inclui um olhar e atitudes diferenciadas referentes a uma formação específica, diante das dificuldades de aprendizagem, comportamentos, relações, afetividade entre outros". (p. 37-411)

Em um dos relatos apareceu também a importância da Psicologia

no diálogo interdisciplinar no campo da educação inclusiva:

"O psicólogo é indispensável nessa área, pois seu conhecimento vem para somar-se às contribuições dos demais técnicos". (p. 37-335)

6.8. A importância do trabalho para a valorização da Psicologia

Em alguns dos relatos as respostas foram sobre a contribuição do trabalho desenvolvido pelos profissionais no dia a dia para a valorização e reconhecimento social da importância da Psicologia:

"Valorização da importância do psicólogo e das equipes multidisciplinares na área de educação". (p. 37-307)

Trabalho para enfatizar a importância da Psicologia ou transformar a Psicologia.

6.9. A importância do empenho do(a) profissional da Psicologia para a efetivação das ações

Alguns profissionais argumentaram que as contribuições dos(as) psicólogos(as) para a educação inclusiva somente são possíveis devido ao empenho pessoal dos(as) profissionais em promover a inclusão:

"Fazer acreditando no que faz. Essa receita tem produzido alguns efeitos importantes. Não se mudam atitudes apenas com leis e decretos, sobretudo por se tratar de um processo, e lento, já que implica mudanças que envolvem aspectos políticos e sociais. Resta-nos indagar se realmente queremos "a inclusão" e de que forma ela será vivenciada por todos". (p. 37-67)

"Minha missão tem sido a de articulação entre os três setores da sociedade civil, estado, empresas e sociedade, além disso, acredito na importância da sensibilização e na mobilização. Vejo os resultados dessa atitude

quando me deparo com pessoas que conseguiram conquistar seu direito de ser um cidadão, isso tem sido gratificante. Acredito que minha contribuição não tenha se limitado apenas no discurso, no papel, realmente tenho arregaçado as mangas e, como diz o prof. Tejon, tenho beijado a realidade. E isso fez uma grande diferença na forma de ser um psicólogo mais humanizado e conectado com as necessidades que a educação inclusiva requer". (p. 37-420)

A análise das respostas indica que os(as) participantes reconhecem que a Psicologia tem contribuído muito com a educação inclusiva e que há um trabalho importante sendo desenvolvido pelos(as) psicólogos(as) que atuam nessa área. Um dos aspectos mais ressaltados como contribuição foram as intervenções para promover a aceitação da diversidade e a superação dos preconceitos nas escolas, famílias e na comunidade. Apareceu também uma busca constante por referenciais teóricos e estratégias para encontrar soluções para as questões que aparecem no dia a dia.

7. Análise das informações das reuniões específicas e dos grupos fechados

A fim de obter informações acerca das práticas do(a) psicólogo(a) em educação inclusiva, a maioria dos Crepops regionais promoveu reuniões específicas (RE) e grupos fechados (GF). Para sistematização das informações discutidas, os técnicos responsáveis elaboraram relatórios com a descrição dessas atividades/eventos com foco nos temas abordados e encaminharam para análise pela equipe do CEAPG.

As RE e os GF se diferenciaram quanto a seus objetivos, participantes e metodologias:

a) reuniões específicas: contou com a participação de profissionais atuantes na área, professores e gestores, além de psicólogos(as) e estudantes de Psicologia. A realização se deu, em geral, com palestras, seminários e discussões em grupos;

b) grupos fechados: foram dirigidos principalmente aos/às psicólogos(as) atuantes na educação inclusiva. Ocorreram de diferentes formas, ou seja, com base em: roteiro indicativo, grupo focal, técnicas projetivas, sociodrama ou depoimentos dos participantes. Aconteceram em sua maioria em um único encontro e em dias diferentes, mas temos relatos da realização de dois grupos na mesma região.

Existiram ainda participantes em comum nas duas modalidades, como, por exemplo, uma região que precisou realizar RE e GF no mesmo dia. Em muitas regiões, a mobilização dos Crepops locais possibilitou contar com a colaboração de profissionais dos vários estados e municípios, e também das ONGs. Além da diversidade quanto ao tipo de víncu-

lo, os(as) participantes possuem diferentes inserções no campo – como discutiremos posteriormente.

Para análise dos relatórios utilizamos os seguintes passos metodológicos:

- 1º leitura integral de cada um dos relatórios;
- 2º leitura com os seguintes focos:
 - caracterização da metodologia utilizada;
 - identificação dos principais assuntos discutidos;
- 3º sistematização de temas para análise;
- 4º seleção de relatos e descrições acerca dos temas definidos em cada um dos relatórios. Os exemplos destacados estão identificados pelo número do CRP/Crepop e pelo instrumento (RE ou GF);

5º análise e apresentação de cada um dos temas com destaque de exemplos.

Como referido acima, encontramos diferentes metodologias utilizadas para a realização da RE e dos GF. Desse modo, para nossa análise, definimos temas comuns nas discussões relatadas que pudessem contemplar as principais questões, preocupações, considerações e contribuições dos(as) participantes. Os eixos temáticos que utilizamos na análise foram: inserção do(a) psicólogo(a) no trabalho em educação inclusiva; políticas públicas, educação inclusiva e Psicologia; teorias, conceitos e recursos técnicos.

Cabe assinalar que, apesar de ser apresentadas separadamente, as temáticas identificadas estão entrelaçadas nos diálogos que se deram nas reuniões e nos grupos.

7.1. Inserção do(a) psicólogo(a) no trabalho em educação inclusiva

Os(as) psicólogos que desenvolvem ações voltadas para a Educação

Inclusiva estão vinculados(as) ao município, ao estado, a instituições privadas e a organizações não governamentais, nas áreas da Educação e da Saúde. O tipo de vinculação varia de acordo com as realidades locais, ou seja, com a execução da política pública no estado e/ou no município acerca da educação inclusiva.

7.1.1. Modos de inserção

Desse modo, segundo informado nos Relatórios, alguns(mas) psicólogos(as) tiveram sua inserção na Educação como psicólogo(a) de Organizações da Sociedade Civil e, quando contratados(as) diretamente pelo estado ou município, os cargos podem ser de professor(a), agente administrativo(a) educacional. Como indicam os exemplos abaixo:

"(...) no caso de Salvador e Aracaju, a política de educação inclusiva conta principalmente com as instituições conveniadas para o seu funcionamento, neste caso, a maioria dos psicólogos estavam situados em Ongs e não nos serviços da rede pública. Não encontramos psicólogos na rede de escolas regulares desses dois municípios". [03 RE]

"Na maioria dos municípios do estado o atendimento aos usuários é realizado pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae, Sociedades Educacionais Pestalozzi, Sociedade Educacional Juliano Varela e outras organizações não-governamentais. Pelo levantamento realizado verifica a presença de psicólogos(as) na rede Estadual de Educação e na maioria dos municípios para atuação com Educação Especial. A maioria dos contratos é para o cargo de professor e não de psicólogos". [14 MS RE]

"Queremos ser contratados na política pública como psicólogos que somos e não como agente administrativo educacional, como é denominado em Goiás o cargo que ocupamos. Isso se deve prioritariamente ao controle da economia do Estado e não à necessidade de uma educação realmente de qualidade". [09 –GO GF]

7.1.2. Considerações sobre o tipo de vínculo

Esta característica do tipo de vínculo foi denominada em muitos dos Relatórios, pelos participantes das RE e dos GF, como desvio de função, conforme destacado nos exemplos abaixo:

A maioria dos profissionais da Psicologia da SEDF atua nas Equipes de Atendimento e Apoio à Aprendizagem, que tem como um dos objetivos avaliar, encaminhar e apoiar o desenvolvimento escolar dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais"(...) *Os psicólogos que atuam na Secretaria de Educação são concursados como professores de atividades e licenciatura em psicologia (ensino fundamental e médio) mas não atuam em sala de aula. A maioria está em desvio de função, atuando como psicólogo clínico e/ou escolar, em equipes de atendimento e apoio à aprendizagem, sala de recursos, projetos na área de ensino especial etc. Com isso, são denominados "professor psicólogo". [01RE]*

"Na gestão estadual da política de educação – SEE não existem psicólogos enquanto técnicos, pois os concursos são realizados para o cargo de professor. Os psicólogos presentes em algumas Coordenadorias Regionais, estão em desvio de função. A partir da implantação do SUS e do processo de municipalização da saúde, os profissionais que eventualmente estavam na educação foram transferidos para a saúde, estadual ou municipal. Nas equipes vinculadas à gestão municipal, na maioria dos locais contatados, as equipes que trabalham diretamente com a educação inclusiva contam com profissionais da área da Psicologia". [07 RE]

O chamado desvio de função não corresponde à realidade de todas as regiões e/ou organizações:

"Quanto às ONGs de apoio aos portadores de deficiência que historicamente têm atuado na perspectiva educacional, não necessariamente inclusiva, foram identificadas várias instituições. Destaca-se a ação da Associação de Pais e Amigos de Excepcional (Apae), a Associação Pes-

talozzi, a Fundação Casa da Esperança no atendimento clínico e educacional. As três possuem psicólogo em sua equipe, algumas contam com mais de um profissional". [11 RE].

Vale ressaltar que aparecem diferentes ideias do que seja desvio de função:

"(...) Os desvios de função são raros e em geral ocorrem no sentido de substituir professores faltosos ou o acompanhamento de tarefas escolares. Eventualmente é realizado recrutamento e seleção de pessoal, sem ser considerado desvio de função pelos participantes".[11GF]

Obviamente as informações fornecidas nos relatórios estão situadas no tempo/ocasião da realização da reunião específica e do grupo fechado, bem como dizem respeito à realidade local, aos governos estaduais e municipais, por isso encontramos distintas realidades quanto à participação do(a) psicólogo(a) em educação inclusiva. Como exemplo:

"O Programa de Educação Inclusiva nas escolas é um programa descentralizado. As duas subesferas de poder (Estado e Municípios) tem autonomia administrativa, política e financeira de atuação. Tanto o Estado de São Paulo, quanto seu município não possuem psicólogos atuando nas escolas. Limitam-se a constituírem um grupo multidisciplinar nas respectivas secretarias que atende as demandas locais".[06 GF].

"Na prática, não há psicólogos contratados ou mesmo concursados pela Secretaria e que respondam, pelo menos em Psicologia, em nenhum lugar de Alagoas nas escolas abertas ao público como um todo e não especializadas no trabalho com alunos deficientes; há uma única escola pública, Centro Estadual de Educação Especial Professora Vandette Gomes de Castro, que, seguindo o que está previsto Plano estadual".[15 RE].

"Existem os Núcleos de Atendimento Pedagógico Especializado. Essas unidades do governo estadual são distribuídas nos municípios de Bela Cruz(1), Jijoca de Jericoacoara(1), Martinópolis(1), Horizonte(1), Quixeré(1),

Jaguaribe(1), Quixadá(1), Nova Russas(1), Tauá(1) e Fortaleza (9). Em todas as unidades existe psicólogo compondo a equipe especializada, que ainda possui Fonoaudiólogo, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional e Pedagogo".[11 RE].

7.2 Políticas públicas, educação inclusiva e Psicologia

Os participantes das RE e dos GF teceram várias considerações sobre as políticas públicas dirigidas à educação inclusiva, tais como: sobre a população atendida; a relação da política com a Psicologia; a necessidade de criação do cargo de psicólogo; de esclarecimento do seu papel e, conseqüentemente, dos recursos estruturais e técnicos para o seu desempenho.

7.2.1 Sobre a população atendida nas políticas públicas e no cotidiano de trabalho

Um dos aspectos abordados na discussão sobre as políticas públicas foi quanto à compreensão do que seja educação inclusiva e da população a ser atendida. Existe pelo menos duas formas de entendimento: uma com base no que está definido nas Leis específicas e outra no que acontece na prática cotidiana. Como indicam os exemplos:

A partir das falas dos participantes dos encontros e de dados apurados em documento, foi possível perceber que a população recebida se constitui de pessoas que portam "distúrbios" diversos como por exemplo auditivas, visuais, de locomoção, neuropsíquicos entre outros.

- Surdos
- Cegos
- Cadeirantes
- Pessoa com intenso sofrimento psíquico

- Pessoas com distúrbios invasivos
- Superdotados [05RE]

"A caracterização do campo de atuação é descrita pelos profissionais como a realização de atendimento a crianças com necessidades especiais. Atendem crianças a partir de zero ano de idade, envolvendo educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adulto, educação profissional e ensino superior".[14 MS GF].

"Os serviços conveniados de Educação Especial atendem crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, cujos pais ou o próprio aluno optarem por esse serviço, após avaliação do processo de ensino e aprendizagem e se comprovada a impossibilidade de se beneficiarem dos serviços públicos municipais de Educação Especial. (...)Público Atendido: Crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais". [06 GF].

Não há uma definição de quem é a clientela para participar de um processo de inclusão no ensino regular. Há casos muito complexos, que apresentam dificuldades com a família, complicações com a saúde, sem que haja suporte para o atendimento. "Tem coisas sérias acontecendo nas escolas. Precisa avaliar as condições do aluno de estar na escola. Há professores agredidos, alunos agredidos"...[08 RE]

7.2.2 A Psicologia, as políticas, o lugar e papel do(a) psicólogo(a)

Nas RE e nos GF, os(as) participantes fizeram considerações, avaliações e reflexões críticas acerca da relação da Psicologia e das políticas públicas em educação inclusiva. Para ilustrar esta questão destacamos alguns exemplos:

"As políticas públicas não estabelecem a necessária retaguarda às ações de-

envolvidas para a promoção da educação inclusiva e sua plena execução. Esta realidade despotencializa a ação do psicólogo, uma vez que a ação de cuidado e seus desdobramentos, que envolvem necessariamente outras áreas as políticas públicas, não estão postos como metas a serem atingidas de forma integral e em co-responsabilidade. Agrava este quadro o fato que, também internamente à política de educação, as ações fragmentadas e sem complementaridade são existentes e muitas vezes impedem as ações e reflexões propostas pelos psicólogos. Apesar disso existem avanços, pois em muitas equipes, profissionais de diferentes áreas tomam para si o desafio e compromisso de criar brechas e construir novas práticas".[07 GF]

"(...) É importante considerar nestas políticas a abertura para o trabalho dos psicólogos na educação, em especial a educação inclusiva. Pois, ainda não existe um debate claro nas políticas públicas que inclua a psicologia como uma profissão dentro da área da educação".[12 RE].

"A maioria dos profissionais entende que o espaço de trabalho para o psicólogo nesta área é crescente e destacam a necessidade de mais profissionais com formação especializada. Foi discutido que o papel do Psicólogo é provocar a reflexão da equipe sobre a temática da educação inclusiva e contribuir na formação e realização de palestras. Destacam que a atuação da psicologia pode ser mais ampla, por exemplo, não focar somente no aluno com dificuldade de aprendizagem, mas trabalhar também com a família desse aluno. Foi também discutido a importância da postura do Psicólogo na equipe que está ali para ajudar e colaborar. [16 RE]".

"O profissional tem ótima interação com a equipe técnica da SRE, apoio, inclusive logístico, com transporte para deslocar para a escola, sala própria da equipe multiprofissional onde atua com uma fonoaudióloga, uma pedagoga, uma instrutora de libras e uma professora de recurso itinerante. A sala dispõe de ramal telefônico, mas não é informatizada. Na ótica positiva, percebemos os profissionais buscando ajuda para

melhorar seu desempenho, o que, para mim são indícios de abertura para o profissional da subjetivação, o psicólogo, adentrar na 'arena' educativa". [09- GO GF]

No diálogo sobre esta temática os(as) participantes de várias das RE e GF discutiram acerca da inclusão, participação e contribuição do(a) psicólogo(a) no campo:

"Não existem psicólogos que trabalhem exclusivamente com educação inclusiva porque a Inclusão é uma política que envolve todos os profissionais da Educação. (...) Isso faz com que sintam falta de uma norma referente ao papel do psicólogo dentro da Secretaria pois ficam sem saber se é para trabalharem dentro de um enfoque mais psicopedagógico, mais escolar ou mais avaliativo". [01RE]

"A Lei Estadual número 16.683 de 2007 prevê que as escolas comuns de Minas Gerais recebam acompanhamento social por parte de assistentes sociais, psicólogos e sociólogos. Essas intervenções devem ser vinculadas a programas governamentais específicos para crianças com necessidades educacionais especiais e para jovens em comunidades com baixo IDH. (...)Entretanto, não se identificam iniciativas de implementação da Lei Estadual até o momento. A Secretaria Estadual de Educação já definia desde 2005, através do "Projeto Incluir" (Minas Gerais, 2006), que o psicólogo é chamado a colaborar com a educação inclusiva a partir da rede de apoio exterior à Educação, principalmente em centros de saúde". [04 RE].

"O setor público na educação inclusiva, em nível estadual, ele não tem um profissional da psicologia para vir para o quadro. Então, todos os profissionais da psicologia que são da rede estadual, eles estão lá porque eles são professores também. No concurso vem classificado Licenciatura. Então, não existe essa função psicólogo... Cabe à psicologia rever a sua própria posição na educação". [09-TO RE]

Alguns relatórios apontaram o desconhecimento de psicólogos(as)

atuantes em educação inclusiva quanto às políticas públicas específicas, leis e diretrizes:

"Os psicólogos entrevistados não conheciam a política (o programa) no qual estavam inseridos. Dificuldade em se verem dentro de uma política mais macro, dificultando, assim, sua percepção do todo" [06 RE]

"A avaliação das políticas públicas no campo da educação inclusiva foi relatada com certo desconhecimento das diretrizes específicas. Apenas uma psicóloga descreveu que percebe a inclusão nas escolas e que as políticas municipais da secretaria de educação são direcionadas pelas orientações do Ministério da Educação". [14 MT GF].

7.2.3. Avaliação das políticas públicas em educação inclusiva

Os(as) participantes se posicionaram avaliando criticamente as políticas públicas e, ao mesmo tempo, fizeram considerações e sugestões para a melhoria das realidades locais. Os exemplos abaixo destacam esta questão:

"O campo de trabalho não está definido. Não há dados a respeito do potencial da iniciativa privada sobre educação inclusiva e já se sabe do comportamento das instâncias públicas em relegar o trabalho de inclusão educativa aos órgãos que, dentro do modelo que os serviços têm, não deveriam estar encabeçando esse debate no campo escolar. Dessa forma qualquer definição não pode ser feita, a não ser que as expressões usadas versem sobre confusão e descaso. Os participantes são consensuais em afirmar que nem sequer o campo em Alagoas está delineado enquanto participação nas escolas, tomando-se essa inclusão como política pública".[15 RE]

"As políticas públicas de educação inclusiva na atualidade são ineficientes, pois não apresentam fiscalização ou intervenção de órgãos ligados a categoria profissional". [10 GF]

"Acredito que faltam políticas públicas diretas e eficazes no campo da psicologia. Não há uma clareza no verdadeiro papel do psicólogo. Muitos acreditam ser clínico, outros escolar, por vezes social e comunitária, não se sabe ao certo".[09-TO GF]

"As políticas Públicas ainda são insuficientes e não dão conta das necessidades da população. Muitas dos direitos adquiridos ainda não estão implementadas e muitas dessas políticas estão sendo realizadas de forma terceirizada pelo Estado. Faltam nas políticas estabelecidas, recursos destinados à acessibilidade, a materiais didáticos para lidar com as diferentes necessidades dos alunos, a contratação e remuneração adequada de profissionais (...)" [12 RE].

"O grupo listou avanços no campo, mas registrou uma verticalidade nas ações quando o MEC decreta uma prática de educação inclusiva para os profissionais de educação, sem levar em conta o trabalho que já está sendo feito nas escolas, tampouco a capacitação profissional. Muitas vezes exigindo uma prática que vai além daquela possível para a realidade local".[05 RE]

"A maioria dos participantes consideraram que as políticas locais influenciam o trabalho, mas muitas vezes de forma a dificultá-lo(...)" "A unidade em que trabalho influencia de forma direta, quando possível, apóia o trabalho". Entretanto, "a política local retira toda a autonomia da Secretaria e conseqüentemente a Equipe funciona precariamente". [09-GO RE]

Na Reunião Específica pelo CRP-09 no Tocantins apontou algumas políticas e alguns programas que elevam a qualidade dos serviços prestados aos usuários:

"(...) formação continuada para professores; Educação Precoce - mantida pela prefeitura municipal de Palmas; NASF - Secretaria Estadual; APAE de Palmas - profissionais cedidos pelo governo estadual, parceria com a comunidade; APAE de Araguaína - parceria com o gover-

no municipal e estadual; APAE de Aliança - parceria com o Estado e comunidade; Programa de Educação na Diversidade; Resolução Estadual nº 056 de 2003; Políticas públicas da educação especial com ênfase na educação inclusiva; Contratação de estagiários a nível municipal; BPC (Benefícios de prestação continuada) nas escolas". [09-TO RE]

7.3 Ações específicas do(a) psicólogo(a) no dia a dia

Muitas das ações descritas como específicas dos(as) psicólogos(as) no cotidiano apontam para a complexidade da educação inclusiva e para as possibilidades de ação dos(as) psicólogos(as):

"As principais atividades desenvolvidas pelos psicólogos/as em Programas de educação inclusiva são: acolhimento do/a aluno/a, acompanhamento no processo de inclusão em sala de aula regular, acompanhamento dos/as professores/as, avaliação psicológica dos/as alunos/as e encaminhamento do/a aluno/a aos serviços necessários, tais como fonoaudiologia, fisioterapia, psicoterapia, dentre outros". [02 RE]

Essas atividades possuem especificidades de acordo com o local de vinculação e atuação. Algumas das atividades são planejadas no departamento de Psicologia das secretarias, como é o caso daqueles relativos aos professores(as) itinerantes, que são, em sua maioria, professores(as) com a graduação em Psicologia. Eles(as) são concursados e contratados como professores(as) mas atuam utilizando o saber da Psicologia em suas atividades.

"O trabalho dos/as psicólogos/as é desenvolvido de acordo com as solicitações da equipe técnica. Sendo realizado por meio de diagnósticos, avaliações psicológicas e estudos de caso para atender às necessidades do/a aluno/a, casos geralmente são encaminhados pelo professores/as. O cronograma de trabalho segue o cronograma da secretarias de educação e de cada unidade escolar". [02GF]

Os(as) participantes do GF da região 14 (MS) e do CRP-09 (GO) citaram várias ações que fazem parte do cotidiano do(a) psicólogo(a) e de suas possibilidades de atuação em educação inclusiva:

"(...)Triagem dos alunos – entrevista, anamnese – com equipe multiprofissional; avaliação e acompanhamento dos alunos com necessidades especiais; atendimento psicológico aos alunos e familiares – individual e em grupo; palestras para pais e comunidade; orientação aos professores, coordenadores das unidades escolares e familiares sobre o processo de aprendizagem/socialização e suas dificuldades; participação em grupos de estudos de professores; elaboração de projetos como o projeto Educação Precoce – que atende crianças de 0 a 3 anos por meio de grupos de tutorias com estagiários de Psicologia, Fisioterapia, Pedagogia e Educação Física, onde há atividades de estimulação e socialização de crianças com atraso no desenvolvimento; formação de professores; sensibilização/conscientização sobre a área A.H/S. Identificação de alunos com indicadores de A.H/S.; participação em Conselho de Classe; encaminhamento de alunos a unidades de saúde; estudo de caso; acompanhamento de pacientes do programa teste do pezinho; elaboração de projetos na área de RH; acompanhamento de alunos do ensino regular; visitas domiciliares; grupo de pais – esclarecimentos sobre assuntos escolhidos pelos pais, como: paralisia cerebral, direitos do portador de necessidades especiais, sexualidade, síndrome de Down; acompanhamento de alunos do ensino regular; visitas domiciliares". [09-TO GF]

"Entre as atividades restritas do psicólogo nos programas de educação inclusiva estão a realização de visitas em escolas, orientação de pais, alunos e equipe técnica. Avaliação do aluno e encaminhamento para atendimento se necessário. Orientação aos coordenadores pedagógicos e professores sobre metodologia de ensino mais eficazes em cada deficiência. Citaram também o acompanhamento aos pais, responsáveis e toda família. (...)Atendimento as crianças com dificuldade de aprendizagem, avaliação

de pessoas no Núcleo de Educação Especial, realização de inventários (inquéritos) padronizados, desenvolvimento de projetos para a comunidade escolar, acompanhamento dos alunos especiais no processo de inclusão na classe comum verificando como está sendo este processo, realização de grupos de reflexão, palestras e atendimento psicopedagógico ao aluno". [14 MS GF].

Como assinalado no relatório no GF da região 16, destacado abaixo, nem sempre existe consenso quanto às atividades que são, e/ou devem ser, desenvolvidas pelo(a) psicólogo(a) em educação inclusiva, ainda que em uma mesma região:

Seguem as principais atividades desenvolvidas nos espaços de educação inclusiva, é importante ressaltar que se apresentam os principais pontos discutidos, não sendo um consenso geral, as realidades do trabalho nas instituições são distintas:

- Afirmam que o papel do Psicólogo se confunde com a demanda de prestar atendimento clínico dentro da Escola. Em sua maioria os psicólogos desenvolvem um trabalho institucional. Defendem este atendimento para levar a equipe a pensar sobre as práticas a serem realizadas. Consideram que o atendimento clínico é apagar incêndio e o psicólogo não deve ficar somente neste lugar;
- Na maioria das instituições o psicólogo não faz atendimento individual;
- Realizam trabalho de conscientização do professor para aceitar as crianças especiais e orientar sobre as suas dificuldades;
- Participação nas reuniões de planejamento dos professores, fazem capacitação, palestras e acompanhamento/orientação aos professores. Ressaltam a importância de desenvolver trabalho em equipe junto a professores, pedagogos e direção. Entendem

a importância de pensar no professor, nos alunos e nos pais.

- Atendimento às demandas dos pais e alunos, desenvolve grupos familiares;
- O Psicólogo que atua na Associação de pais e amigos – Apaes tem prestado assessoria nas escolas municipais. Numa instituição o trabalho é mais voltado para os pais e professores para entender o contexto da família e estar próximo dos professores.
- Um profissional destacou que faz atendimento clínico na escola, atendendo crianças e adolescentes com hiperatividade, desvio de conduta. Entendem que a criança com hiperatividade precisam ter um acompanhamento maior.

"Em uma instituição foi criado um plano individual para o aluno". [16 GF]

"As principais atividades desenvolvidas pela Psicologia são anamnese, atendimento individual aos alunos, atendimento às famílias, avaliação psicológica, grupos operativos e oficinas, assessoria e orientação à direção e professores. As ações realizadas em equipe ou compartilhadas com as demais categorias são palestras, capacitações, atividades de estudo, avaliação conjunta da equipe, visitas domiciliares e organização de eventos". [11 GF]

O relatório do GF da região 12 apresentou as atividades desenvolvidas a partir de dois modelos de atuação dos(as) psicólogos(as) em educação inclusiva:

"O modelo 1 entende as atividades específicas do psicólogo como um trabalho mais voltado para a criança com deficiência (...) No modelo 2 o trabalho da Psicologia é fazer com que os educadores, equipes técnicas, equipes administrativas, etc. concebam no seu planejamento, em sua forma de reflexão sobre educação, a diversidade humana. Este trabalho é muito mais institucional, fazendo com que o aluno com deficiência, historicamente como aluno do ensino especial, seja aluno da escola". [12 GF]

De acordo com os relatos, algumas ações são específicas do fazer psicológico, da formação do(a) psicólogo(a), tal como realizar avaliação com aplicação de teste psicológico.

"Aplicam testes, fazem laudo psicopedagógico, mesmo sabendo que não foram contratados para isso". [01RE]

Atrelada à aplicação de testes, são elaborados os pareceres psicológicos e psicopedagógicos, com objetivos específicos, como indicado a seguir. Assim, no GF da Região 01 é referido que:

"(...) as atividades específicas do psicólogo são a aplicação de teste e parecer psicopedagógico para a aquisição do Passe-Livre, ingresso nas instituições conveniadas ou certificação da deficiência na questão do aluno ocupar uma vaga para portador de necessidades especiais (...)". [01 GF].

Os participantes da Região 08, principalmente nos GF, discutiram amplamente esta questão dentro do contexto da avaliação entendida como um processo que envolve diversas etapas e atores:

"O município de Adrianópolis atua com uma equipe multiprofissional, com algumas deficiências na área da Psiquiatria. Para a psicóloga que representa o município, no avaliativo não é possível considerar apenas os testes e seus escores, uma vez que há inúmeros fatores que interferem na aprendizagem.(...)Posição semelhante é sustentada pela equipe de Pinhais que considera que mesmo os profissionais que dominam algumas ferramentas de avaliação devem buscar informações, aprofundar leituras, contatar outros profissionais para finalizar um processo de avaliação. Para avaliação, é necessário a escuta da escola, do aluno, da família e do profissional. A interface da psicologia com outras áreas é fundamental!". [08 GF]

7.4 Ética nas ações desenvolvidas

Os(as) psicólogos(as) levantaram e discutiram alguns pontos acerca da ética no desenvolvimento trabalho referente às avaliações e a condução dos casos acompanhados, conforme ilustrado a seguir:

"(...) O psicólogo tem o dever ético de procurar ou encaminhar para outros profissionais, sempre que suspeitar da ocorrência de problemas que estejam interferindo nas condições do educando, tanto para completar a avaliação quanto para definir estratégias de enfrentamento dos problemas". [08 GF]

As implicações éticas apresentadas no modelo 1 foram relatadas como perguntas:

- Como registrar os casos nas escolas?
- Como dar retorno aos professores que encaminharam?
- O que registrar e como inserir essas informações no histórico escolar dos alunos?
- Como tratar casos onde houve vazamento do diagnóstico na escola?

"O modelo 2 trata da ética no bojo da educação inclusiva. Considera a existência de um sentido ético básico para se pensar a sociedade, na qual evolve a transformação social. A proposta da educação inclusiva corresponde a uma nova ética, pautada na igualdade, mas com direito a diferença. Não mais um valor de tolerância à diferença, mas na garantia das diferenças". [12 GF]

7.5. Trabalho em rede

O trabalho em rede foi ressaltado como fundamental para o melhor desenvolvimento do trabalho neste campo, sendo também um desafio constante para os(as) profissionais, uma vez que se deparam com dificuldades encontradas nas redes – da saúde e da educação – em geral.

Como exemplo desta questão, tratada em diversos dos GF e RE, destacamos a discussão que se deu na região 08:

"Outro aspecto fundamental é o trabalho em rede com outros setores também responsáveis pelo atendimento aos portadores de necessidades especiais. Há casos em que não é viável colocar o aluno em sala de aula. Foi trazido o exemplo de uma aluna que está recebendo as aulas no Caps, até que ela apresente condições de frequentar a escola. Isso só é possível quando se trabalha em parceria, em rede. (...) As dificuldades existem no momento em que é necessário encaminhar para outros especialistas para completar avaliações e para realizar o atendimento.(...) A psicóloga que atua na Apae do município de Vitorino, no Sudoeste do Estado, alerta para o fato de que nos municípios menores, do interior do Estado não há serviços especializados organizados, o que obriga a Apae a resolver as necessidades dentro da estrutura da própria instituição". [08 RE]

"Entre as dificuldades relatadas pelos psicólogos, destaca-se o encaminhamento dos pacientes a serviços de apoio, tanto para completar diagnóstico como para realizar o tratamento. São enumeradas as dificuldades em relação ao encaminhamento aos serviços de saúde como, à neurologia, psiquiatria, psicologia, fonoaudiologia e, igualmente, aos serviços de assistência jurídica e de assistência social. Alguns explicitaram esta dificuldade na perspectiva da organização e consolidação de redes de apoio, incluindo também as dificuldades na formação de redes sociais e de parceria com as famílias.(...)" [08 GF]

"Não existe rede formada e, quando existe, é de funcionamento precário e não atende à demanda. (...) Unidades da rede citadas: Caps, Cras, Sentinela, Vila São Cotollengo e profissionais de saúde da Policlínica". [09-GO RE]

7.6. Estigma, preconceito e cidadania

A amplitude e, ao mesmo tempo, especificidade das ações do(a)

psicólogo(a) em educação inclusiva pode ser exemplificada na preocupação com o preconceito e estigma sofrido pela população atendida. As ações dirigidas a essa temática se dão na comunidade escolar e na comunidade como um todo.

Nos relatórios dos GF das regiões 14 e 15 essas são referidas dentre as várias ações do fazer psicológico:

"Desenvolver trabalho com a comunidade, direcionar melhor os relacionamentos entre equipe de educadores e familiares para acabar com a discriminação aos diferentes. Avaliar corretamente e evitar que rotulem o aluno com dificuldade aprendizagem e com deficiência mental. Orientar adequadamente enfatizando as capacidades e não ressaltando as dificuldades do aluno com deficiência, os educadores inseridos na rede de educação e trabalhar com o aluno. Colocaram também a possibilidade de desenvolver trabalhos para desmistificar o estigma do aluno especial no ensino regular e trabalhando desde o porteiro até o diretor da escola". [14 MS GF].

"(...)Minimizar as questões referentes ao preconceito (autopreconceito e preconceito social) (...)"[15 GF].

O estigma e o preconceito interferem diretamente na compreensão do trabalho desenvolvido pelo(a) psicólogo(a):

"Relato de uma participante: é importante tirar o estigma e o preconceito das famílias, porque quando encaminhamos um aluno para ter um atendimento na Apae, a família diz: "Não vou levar meu filho ali, lá só tem doido". Quando o encaminhamento é para a Funad dizem: "Ali só vai aleijado". Seria importante que esses órgãos eles atentassem para a problemática que as famílias estão enfrentando naquele momento e tirar estigmas, preconceitos de que lá só vai aleijado, cego, surdo, doido... Por isso as famílias também acham que o psicólogo é doido em encaminhar as crianças para lá". [13 GF].

Este tema é discutido também na relação com as noções de inclu-

são, exclusão e cidadania. O grupo da região 05 aponta como um desafio ao trabalho do(a) psicólogo(a):

"Fora levantada ainda a importância do sujeito portador de necessidades especiais ter voz (ser dado a ele condições para que fale e seja ouvido), transformando a ideia do deficiente que necessita que alguém fale por ele. Acredita-se que a partir dessa inversão logística o sujeito com necessidades especiais poderá exigir sua inclusão e dizer qual é a melhor forma de ser incluído. O maior desafio encontrado pelo conjunto de profissionais que atuam em educação inclusiva é o de ver os sujeitos com necessidades especiais incluídos em escolas regulares sem serem colocados em salas especiais. Os presentes ao encontro acreditam ser fundamental que toda a rede social seja acionada para que esse fim não seja meramente burocrático, mas desencadeie uma mudança cultural que não mais exclua a diferença e o diferente". [05 RE].

7.7. Teorias, autores, conceitos e recursos técnicos

Uma das discussões ocorreu em várias das RE e GF foi em torno de qual deve ser o trabalho do(a) psicólogo(a) na escola. A compreensão e a definição do trabalho estão assim, diretamente vinculadas às teorias, aos conceitos e recursos técnicos utilizados no dia a dia.

Como ressaltado no relatório do GF da regiões 01 e 08, são diversos os referenciais teóricos e técnicos utilizados no desenvolvimento do trabalho na educação inclusiva:

"Quanto às teorias e conceitos, estes variam de acordo com a formação de cada um, não havendo uma linha teórica comum a todos os presentes". [01 GF]

"A maioria, cerca de 40% dos que responderam ao questionário, afirmou utilizar-se de testes psicológicos, devidamente aprovados. A abordagem psicanalítica foi citada por aproximadamente 25% e, na mesma proporção, a realização de orientação aos pais, aos professores e a utilização de

entrevistas. A abordagem Cognitiva Comportamental, também foi citada por 03 profissionais, bem como, a realização de observações". [08 GF]

No quadro 2 apresentamos os referenciais teóricos apontados.

Quadro 2: Síntese das teorias que embasam o trabalho dos(as) participantes das RE e dos GF

Psicologia socio-histórica	Psicologia institucional	Método Walforf
interacionista de Vigotsky	ludoterapia	grupo operativo
psicodrama	neuropsicologia americana	esquizoanálise
psicanálise	psicologia social	construtivismo
psicanálise infantil	psicologia educacional	teoria ecológica
teoria do ciclo vital familiar	abordagem behaviorista	análise institucional
teoria das inteligências múltiplas	abordagem centrada na pessoa	abordagem psicoeducacional
abordagem sociointeracionista	processo de desenvolvimento proximal	teoria/abordagem sistêmica (com famílias)
abordagem psicodinâmica	prática transdisciplinar em programas de desenvolvimento	clínica transdisciplinar

No quadro 3 são apresentados os autores indicados pelos(as) participantes como sendo referência para as ações dos(as) psicólogos(as) atuantes em educação inclusiva.

Quadro 3: Síntese das teorias que embasam o trabalho dos(as) participantes das RE e dos GF

Bronfembrenner e Koller	Maria Helena Patto	Vigotsky
Erik Erickson	Piaget	Maria Tereza Mantoam

Elvira Lima	Eugênia Favaro	Madalena Freire
Paulo Freire	La Passade	Michel Foucault
Emília Ferrero	Gregório Baremlitt	Alfredo Jerusalinsky
Luria	Cezar Koll	Freitas
Ana Bock	Rosita Edler	Vitor da Fonseca
Capovilla e Capovilla	Maria Helena Patto	Wallon

Os conceitos são muitas vezes escolhidos a partir dos princípios que norteiam as ações dirigidas a determinado usuário do serviço prestado pelo(a) psicólogo(a): pais, professores e crianças. A referência às teorias e conceitos são acompanhadas de algumas reflexões e/ou críticas:

Quanto ao aparato conceitual que é utilizado pela psicologia no seu trabalho podemos destacar a importância do conhecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Orgânica da Assistência Social, da Lei de diretrizes e Bases da Educação, das teorias de Aprendizagem Humana, Psicologia do Desenvolvimento, Psicodiagnóstico, dos Transtornos de Personalidade e Invasivos de Desenvolvimento, Psicopatologia e Síndromes Genéticas, Neuropsicologia. É também muito importante o profissional ter reflexão aprofundada nas temáticas sociais de preconceito, discriminação, violência, sexualidade etc. [11GF]

As teorias reconhecidas com embasadoras da prática foram o Construtivismo de Piaget, processo de desenvolvimento proximal, Teoria de mediação, psicanálise – Freud e comportamental. Destacam a importância de estudar sobre educação inclusiva e trabalhar com conceitos, por exemplo – crianças com deficiências. [16GF]

Foram indicados diversos conceitos que, assim como as teorias e os autores, apontam para a busca de referências que subsidiem as ações específicas, conforme podemos ver no quadro abaixo.

Quadro 4: Síntese dos conceitos citados pelos(as) participantes das RE e GF

autocrítica	integração do grupo
afetividade	Sorobã
leis e diretrizes da educação inclusiva	interdisciplinaridade
publicações do MEC	assertividade
reeducação visual	discriminação
atividade da vida diária (AVD)	paciência
comunicação	enfrentamento
empatia	CAP

Os(as) participantes, principalmente dos GF, apontaram diversos recursos técnicos utilizados. Estes variam de acordo com os recursos disponibilizados em cada serviço. Como exemplo para esta questão, seguem os relatos abaixo:

"Como recurso técnico é reconhecida a utilidade e necessidade do uso dos testes psicológicos. Instrumento indispensável na análise do grupo. Além deles, é importante a disponibilidade de material lúdico, audiovisual, material para oficinas diversas, material de escritório, computador, internet e telefone". [11 GF]

"Observação, interação, utilização de materiais lúdico-pedagógico, dinâmica de grupo, Psicopedagogia, técnica de modificação de comportamento, Método Teacch e ludoterapia". [10 GF]

O relatório da Região 03, de Sergipe, destaca como *"tecnologia de intervenção"* o *"currículo funcional natural"*:

Em Sergipe, a prática é construída por meio da observação, entrevistas formais e informais, encaminhamentos, trabalho com a família e com o indivíduo, por meio de divulgação do trabalho e pela troca de experiências. A tecnologia de intervenção mais utilizada nas atividades

diária é o currículo funcional natural.

"Na Bahia, as tecnologias de intervenção descritas como mais utilizadas nas atividades diárias são: a escuta, as entrevista psicológicas, trabalhos em grupos, atendimento psicoterapêutico, o suporte em Libras e/ou Braille – a depender da necessidade- testes psicológicos e neuropsicológicos, observação participativa, trabalho com os pais, atividades lúdicas". [03 RE]

O relatório do GF da região 12 apresentou este tema com base nos dois modelos de atuação discutidos no grupo e indicado acima:

Nesta pergunta os recursos técnicos utilizados no modelo 1 são:

Testes psicológicos; Desenho livre; Entrevistas; Dinâmicas de grupos; Avaliações cognitivas (neurologistas); Material lúdico e recursos como passes para a mobilidade das pessoas até o local de ser atendida.

"O modelo 2 destaca a importância na utilização de técnicas que apontem no sentido da contribuição de uma prática inclusiva. Alguns exemplos de recursos citados são: Utilização de técnicas de grupos; Leitura de grupo; Avaliação de grupo; Intervenção de grupo; Estratégia de trocas de experiências; Estudos sobre contextos de vida dos pais e alunos e do contexto social das escolas". [12GF]

Nas RE e nos GF colaboraram com este estudo profissionais com experiências, concepções e posicionamentos diversos, mas nos quais foi possível perceber tentativas, efetivas e por vezes bem-sucedidas, de inserção no campo da educação inclusiva. É clara a demanda para o trabalho do(a) psicólogo(a) mesmo não estando, como referido pelos(as) participantes, claramente explicitado nas políticas públicas, o que aponta para a necessidade de diálogo entre os diversos atores envolvidos na elaboração, execução e avaliação das políticas em educação inclusiva.

Considerações Finais

A análise qualitativa das quatro respostas abertas, das reuniões específicas e dos grupos fechados indicou que há diferentes formas de inserção dos profissionais da Psicologia no campo da educação inclusiva. Muitos(as) disseram trabalhar como psicólogos(as) em escolas, secretarias municipais e estaduais de educação, em organizações não governamentais, universidades e, alguns poucos, no contexto do consultório em uma interface com a educação inclusiva. É interessante observar que os grupos fechados e as reuniões específicas indicaram que, apesar da atuação ser como psicólogo(a), muitos(as) desses(as) profissionais são contratados como professores, já que em muitos lugares não há o cargo de psicólogo(a) na rede de ensino. Esta é uma questão complexa, já que implica em problemas de diversas ordens, como por exemplo, o salário não é compatível com a função exercida, muitas vezes o profissional fica sujeito a múltiplas demandas e o não reconhecimento oficial das atividades desenvolvidas pelos(as) profissionais da Psicologia implica a não criação do cargo de psicólogo(a) na rede pública de ensino. Foram identificados também profissionais que são contratados como professores e atuam como professores em sala de aula no fundamental I e II e no ensino Médio. Nesses casos, relataram utilizar os conhecimentos da Psicologia para orientar os modos de trabalhar com os alunos em sala de aula.

A leitura sobre os modos de atuação demonstrou que há muitas interfaces entre Psicologia e educação inclusiva e que os(as) profissionais têm atuado de diversos modos, com o foco em diferentes grupos e instituições.

Ou seja, referiram-se a muitas frentes de ação: a) um trabalho específico desenvolvido com pessoas com necessidades especiais; b) orientações de professores, alunos, familiares e comunidade (sobre a im-

portância da inclusão das diferenças e os modos de realizá-la); c) análise institucional nas escolas; d) trabalho dirigido à inserção laboral que envolve empresas, famílias, alunos e escolas; e) participação na elaboração, implantação e consolidação de políticas e programas no campo da educação inclusiva. A fim de realizar esta atuação ampliada os(as) profissionais têm de superar muitos desafios.

Um dos principais desafios apontados foram os preconceitos e os estigmas presentes em nossa sociedade acerca das pessoas com necessidades especiais e suas potencialidades educativas e de trabalho. A maioria dos(as) profissionais afirmou trabalhar no sentido de auxiliar na superação dos preconceitos e estigmas e buscar garantir a inclusão social. Parece haver um entendimento de que a educação inclusiva é um caminho, ou uma estratégia, para que haja o reconhecimento e o respeito pela diversidade e uma inclusão plena dos portadores de necessidades especiais na sociedade como um todo.

É interessante observar, ainda, que apareceram muitas atividades realizadas no cotidiano de trabalho como sendo inovadoras e que alguns princípios que orientam o trabalho na educação inclusiva também foram apontados como inovadores. Provavelmente isso ocorreu porque a proposta de educação inclusiva ainda é recente e na maioria dos lugares ainda não está consolidada. Essas respostas indicaram também que há forte investimento dos profissionais deste campo na busca de superar os desafios, inovar e encontrar meios para realizar um trabalho de qualidade. Esse aspecto também esteve muito presente nos relatos sobre contribuições do trabalho dos(as) psicólogos(as) para o campo da educação inclusiva. Apareceram contribuições de dois tipos: a contribuição das teorias e técnicas desenvolvidas no campo da Psicologia que auxiliam a pensar e a desenvolver trabalhos em educação inclusiva e a contribuição diária dos profissionais do campo para a realização plena dos objetivos da educação inclusiva.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2003.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro; ABRASCO, 2000. V. 5(2), p. 219-230.

DAVIES, B. ; HARRÉ, R. Positioning: The Discursive Production of Selves. **Journal for the Theory of Social Behavior**. França, 1990. v. 20, (1), p. 43-63.

HACKING, I. **The social construction of what**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1999.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives, and public policies**. Boston: Little Brown, 1984.

LEWIN, K. **Field Theory in Social Science**. London: Tavistock Publications, 1952.

SPINK, M. J. (Org). **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez. 1999.

SPINK, P. K. **Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista**. Psicologia & Sociedade. Florianópolis: ABRAPSO, 2003. v.15(2), p.18-42.

Pesquisadores Responsáveis pelo Texto

Jacqueline Isaac Machado Brigagão - Doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP. Docente da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos em Administração e Governo da Fundação Getúlio Vargas.

Peter Kevin Spink - Doutor. Diretor do Centro de Estudos em Administração e Governo da Fundação Getúlio Vargas.

Sérgio Seiji Aragaki – Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP. Docente da Universidade Federal de

Tatiana Alves Cordaro Bichara - Mestre em Psicologia Social pela PUC/SP. Pesquisadora do Centro de Estudos em Administração e Governo da Fundação Getúlio Vargas.

Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento – Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP. Docente do Centro Universitário Capital/ Pesquisadora do Centro de Estudos em Administração e Governo da Fundação Getúlio Vargas.